

2º SEMESTRE 2018



RELATÓRIO

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES

OUIDORIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



SUMÁRIO



1 Apresentação	4
2 Dados Estatísticos	5
21–Quanto aos meios de contato com a Ouvidoria	5
22–Distribuição das comunicações mês a mês	5
23–Classificação das comunicações por classe	6
24–Distribuição das comunicações por assunto	6
25–Quantitativo de requerimentos baseados na Lei de Acesso à Informação, Lei 12527/2011	7
26–Distribuição das comunicações, mês a mês, oriundas do formulário eletrônico	8
27–Distribuição das comunicações, mês a mês, oriundas do atendimento telefônico	9
28–Distribuição das comunicações, mês a mês, oriundas do atendimento presencial	9
29–Quanto à identificação/ao anonimato	10
210–Quanto ao sexo declarado pelos comunicantes	10
211–Quanto à personalidade jurídica dos comunicantes	10
212–Recebimento de comunicações de outras Ouvidorias	11
3 Pesquisas de Satisfação	12
31–Satisfação do usuário com o atendimento presencial	12
32–Satisfação do usuário com o atendimento telefônico	13
33–Satisfação do usuário com o formulário eletrônico	13

4 Consumo de Material	14
41–Consumo de Toner	14
42–Consumo de resma de papael A4	14
43–Consumo de cartucho	14
44–Consumo de capa de processo	14
5 Reuniões	15
6 Ouvidoria Itinerante	17
7 Participação Oficial em Eventos	19
8 Notícias	38
9 Capacitação de servidores	41
10 Realizações	44
11 Quadro de Pessoal da Ouvidoria do MPRJ	48

1 Apresentação

Este é um relatório analítico das principais atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, durante o segundo semestre de 2018.

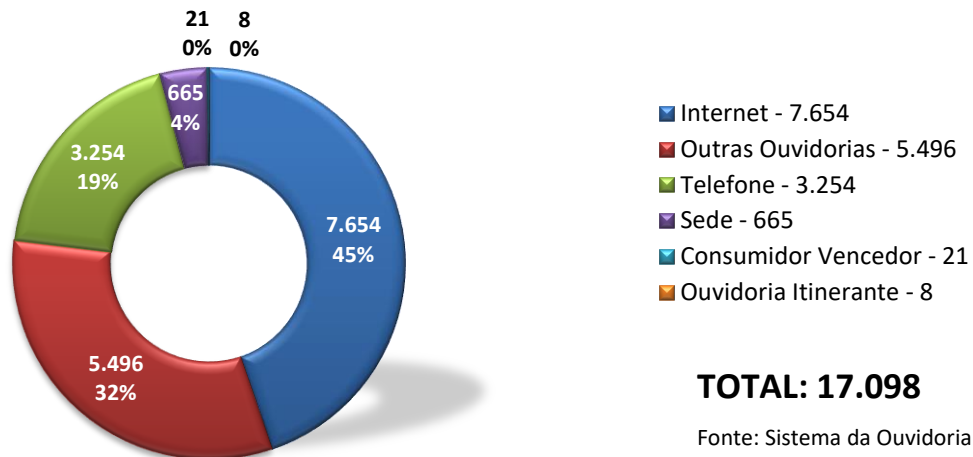
Objetiva, além de divulgar ao público em geral o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria, atender ao disposto no artigo 2º, inciso VIII, da Resolução nº 153, de 21/11/2016, que prevê a elaboração de relatórios de atividades e encaminhamento ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Como metodologia de análise, sempre que possível, tencionou-se comparar o período atual (segundo semestre de 2018) com os segundos semestres dos anos anteriores (segundo semestre de 2015 e 2016), a fim de permitir uma perspectiva de sazonalidade.

2 Dados Estatísticos

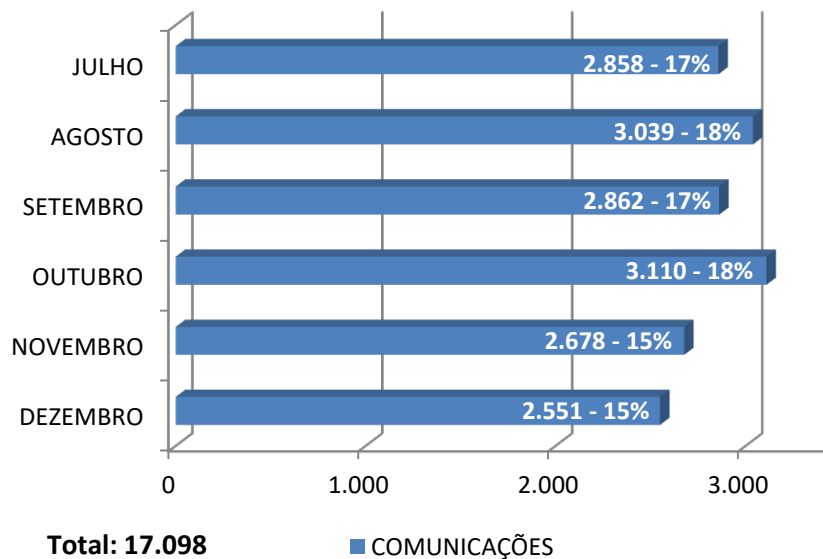
2.1 – quanto aos meios de contato com a Ouvidoria

Conforme dados extraídos do sistema de Ouvidoria, as comunicações dirigidas à Ouvidoria, no segundo semestre de 2018, foram num total de 17.098 (dezesete mil e noventa e oito).



2.2 - Distribuição das comunicações mês a mês

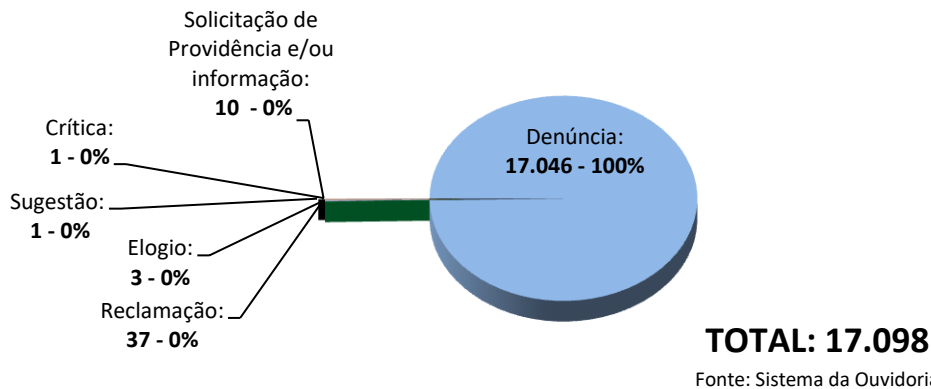
Essas 17.098 (dezesete mil e noventa e oito) comunicações estão distribuídas conforme quadro abaixo:



2018	Comunicações
Julho	2.858
Agosto	3.039
Setembro	2.862
Outubro	3.110
Novembro	2.678
Dezembro	2.551
Total	17.098

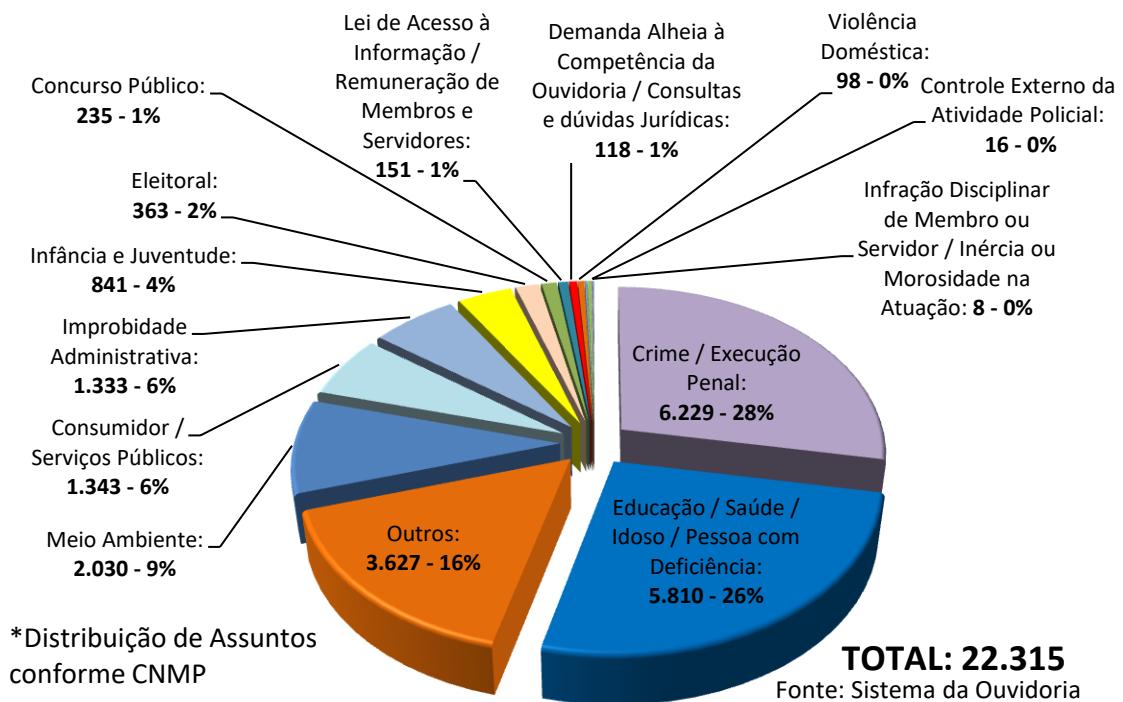
2.3 – Classificação das comunicações por classe

As comunicações recebidas nesse semestre foram classificadas da seguinte forma:



Classe	Qte.	Tratados	Pendentes
Denúncia:	17.046	16.604	442
Solicitação de providência e/ou informação:	10	10	-
Elogio:	03	03	-
Sugestão:	01	01	-
Crítica:	01	01	-
Reclamação:	37	37	-

2.4 – Distribuição das comunicações por assunto

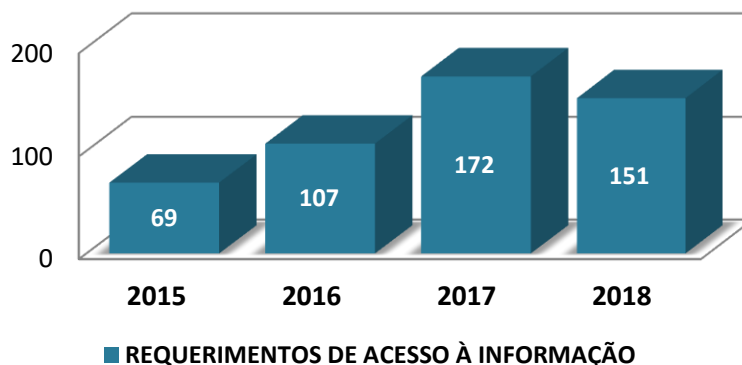


Assuntos	Qtd.
Crime / Execução Penal	6.229
Educação / Saúde / Idoso / Pessoa com Deficiência	5.810
Outros	3.627
Meio Ambiente	2.030
Consumidor / Serviços Públicos	1.343
Improbidade Administrativa	1.333
Infância e Juventude	841
Eleitoral	363
Concurso Público	235
Lei de Acesso à Informação / Remuneração de Membros e Servidores	151
Demanda Alheia à Competência da Ouvidoria / Consultas e dúvidas Jurídicas	118
Violência Doméstica	98
Acessibilidade	37
Sindical e Questões Análogas	31
Discriminação	26
Administração e Funcionamento do Ministério Público	19
Controle Externo da Atividade Policial	16
Infração Disciplinar de Membro ou Servidor / Inércia ou Morosidade na Atuação	08
Residência na Comarca / Lotação de Membros	00

Pendentes	442
-----------	-----

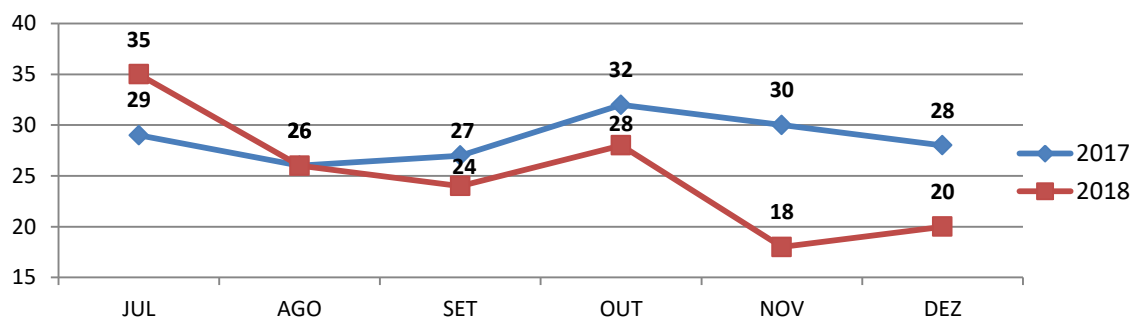
2.5 – Quantitativo de requerimentos baseados na Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/2011

Com a finalidade de atender à Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 e, por conseguinte, oferecer aos cidadãos acesso às informações de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, nos termos do art. 5º, XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, além das informações contidas no seu portal, disponibiliza informações relativas aos assuntos institucionais, administrativos, gerenciais, orçamentários e financeiros.



Com relação aos cento e cinquenta e um requerimentos de acesso à informação recebidos no segundo semestre, deve-se destacar não ter havido nenhuma negativa neste período, cuja distribuição restou assim efetuada:

Mês	Requerimentos	Atendiam aos requisitos da LAI	Prorrogação de prazo	Excederam o prazo de prorrogação	Tempo médio de resposta
Julho	35	25	3	-	12 dias
Agosto	26	21	1	-	11 dias
Setembro	24	17	3	-	13 dias
Outubro	28	18	1	-	07 dias
Novembro	18	10	-	-	09 dias
Dezembro	20	12	1	-	09 dias
Total	151	103	9	-	10 dias



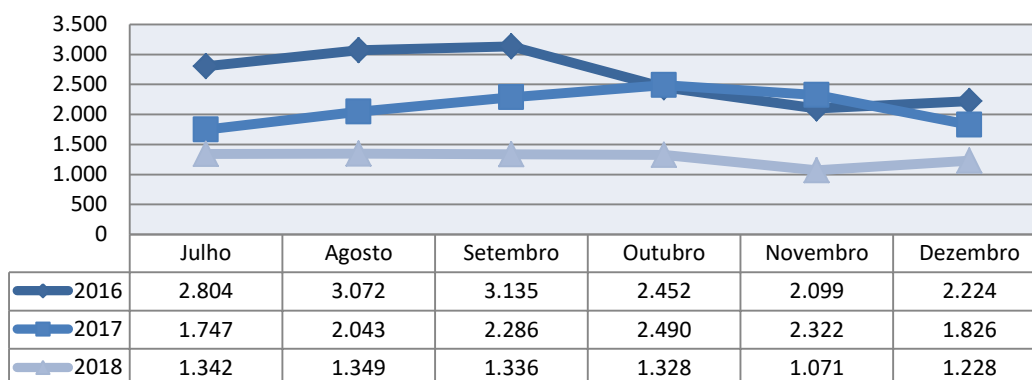
Total de Requerimentos 2017: **172**
Média Mensal: ≈ **29**

Total de Requerimentos 2018: **151**
Média Mensal: ≈ **25**

Fonte: Relatório da Ouvidoria

2.6 - Distribuição das comunicações, mês a mês, oriundas do formulário eletrônico

Foram encaminhadas à Ouvidoria através de formulário eletrônico 7.654 (sete mil seiscentos e vinte e cinco) comunicações, sendo 5.060 (cinco mil e sessenta) comunicações a menos que o mesmo período de 2017, devendo-se destacar que essa queda se resume ao fato de não considerarmos mais as comunicações oriundas de outras Ouvidorias como internet.



Total 2016: **15.786**

Total 2017: **12.714**

Total 2018: **7.654**

Média Mensal: **2.631**

Média Mensal: **2.119**

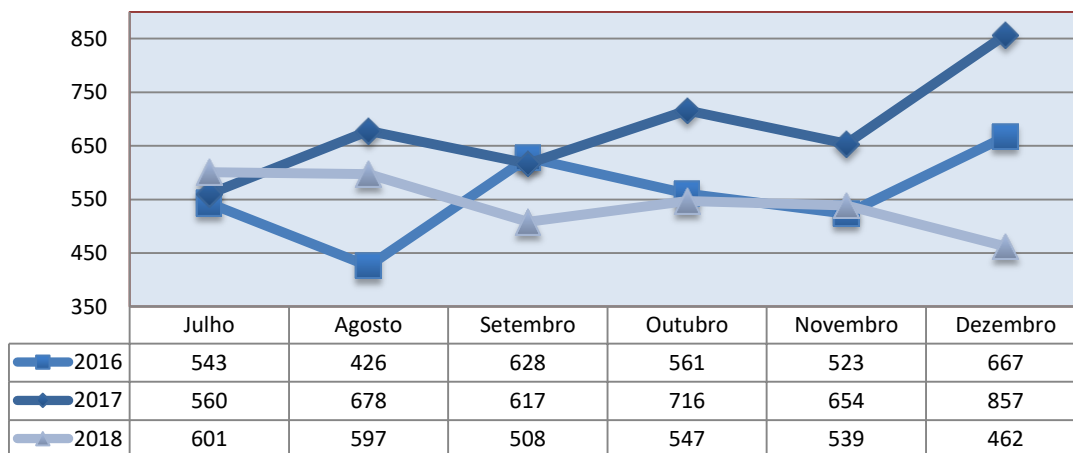
Média Mensal: ≈ **1.276**

Fonte: Sistema da Ouvidoria

2.7 - Distribuição das comunicações, mês a mês, oriundas do atendimento telefônico

127

Foram realizadas através do telefone 127 da Ouvidoria, 36.109 (trinta e seis mil cento e nove) ligações, com 3.254 (três mil duzentos e cinquenta e quatro) registros, sendo 94 (noventa e quatro) comunicações a menos que o mesmo período de 2016.

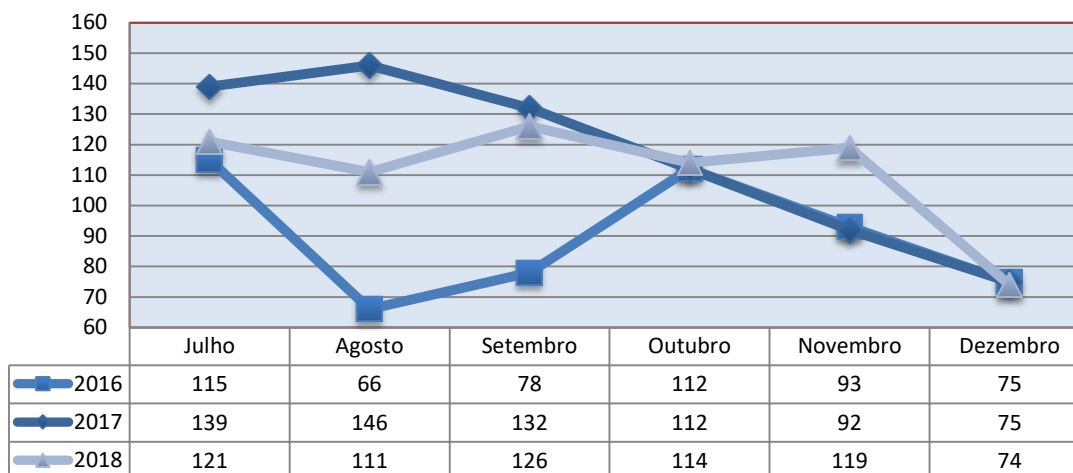


Total 2016: 3.348 Total 2017: 4.082 Total 2018: 3.254
 Média Mensal: 558 Média Mensal: ≈ 680 Média Mensal: ≈ 542

Fonte: Sistema da Ouvidoria

2.8 - Distribuição das comunicações, mês a mês, oriundas do atendimento presencial

Foram realizados, na sede da Ouvidoria, 1.341 (mil trezentos e quarenta e um) atendimentos, com 665 (seiscentos e sessenta e cinco) registros, sendo 126 (cento e vinte e seis) comunicações a mais que o mesmo período de 2016.

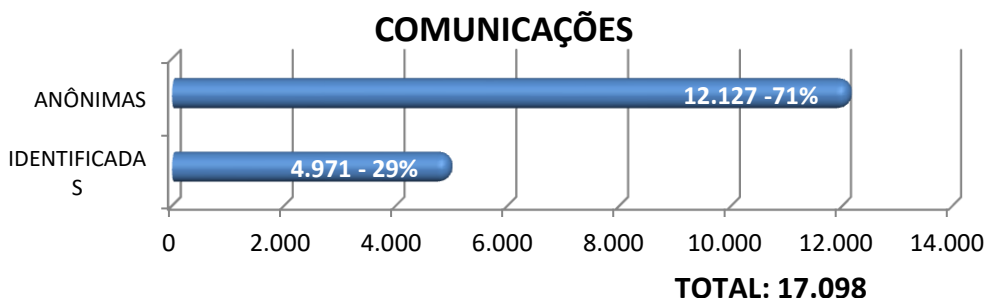


Total 2016: 539 Total 2017: 696 Total 2018: 665
 Média Mensal: ≈ 90 Média Mensal: 116 Média Mensal: ≈ 111

Fonte: Sistema da Ouvidoria

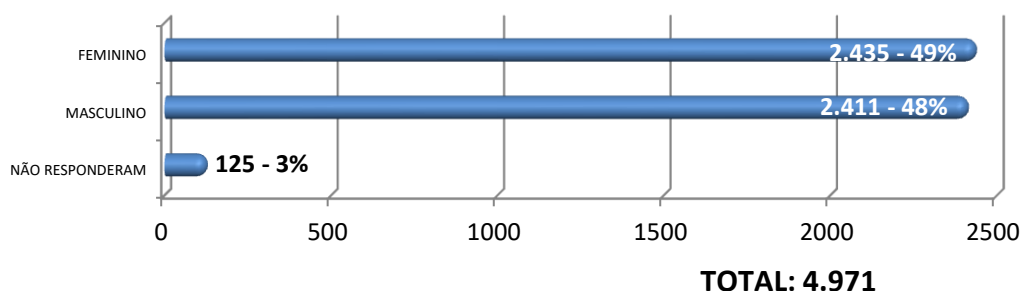
2.9 - Quanto à identificação / ao anonimato

Das 17.098 (dezesete mil e noventa e oito) comunicações registradas na Ouvidoria nesse 2º semestre, 12.127 (doze mil cento e vinte e sete) foram anônimas, enquanto 4.971 (quatro mil novecentos e setenta e um) foram identificadas.



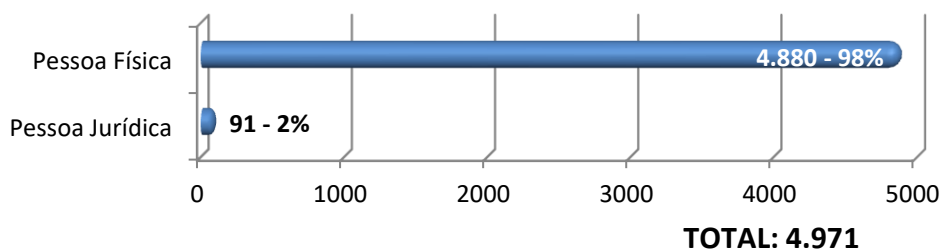
2.10 – Quanto ao sexo declarado pelos comunicantes

Das 4.971 (quatro mil novecentos e setenta e um) comunicações identificadas, 2.435 (dois mil quatrocentos e trinta e cinco) foram registradas pelo gênero feminino, 2.411 (dois mil quatrocentos e onze) foram registradas pelo gênero masculino e em 125 (cento e vinte e cinco) casos o gênero não foi respondido no formulário da comunicação.



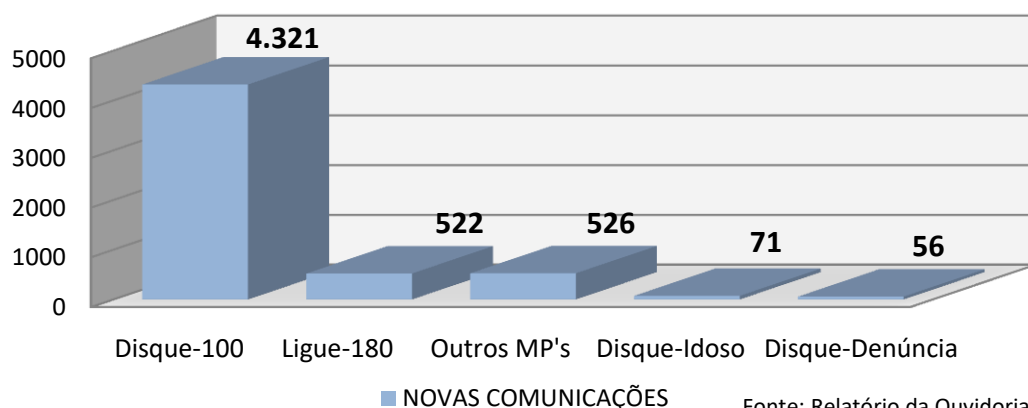
2.11 – Quanto à personalidade jurídica dos comunicantes

Das 4.971 (quatro mil novecentos e setenta e um) comunicações identificadas, 4.880 (quatro mil oitocentos e oitenta) foram registradas por Pessoa Física, enquanto 91 (noventa e um) foram registradas por Pessoa Jurídica.



2.12 – Recebimento de comunicações de outras Ouvidorias

Recebemos comunicações oriundas do Disque-100, Ligue-180, outros Ministérios Públicos, Disque-Idoso e Disque-Denúncia. Neste 2º semestre foram 4.321 (quatro mil trezentos e vinte e um) comunicações oriundas do Disque-100, recebemos 522 (quinhentos e vinte e dois) comunicações oriundas do Ligue-180, 526 (quinhentos e vinte e seis) comunicações de outros Ministérios Públicos, 71 (setenta e um) do Disque-Idoso e completando o gráfico, recebemos 56 (cinquenta e seis) comunicações oriundas do Disque-Denúncia.



Fonte: Relatório da Ouvidoria e Sistema da Ouvidoria

2018	Disque-100	Ligue-180	Outros MP's	Disque-Idoso	Disque-Denúncia
Julho	609	89	66	15	12
Agosto	776	106	64	16	07
Setembro	735	34	102	11	06
Outubro	801	141	149	19	10
Novembro	771	78	83	04	09
Dezembro	629	74	62	06	12
Total	4.321	522	526	71	56

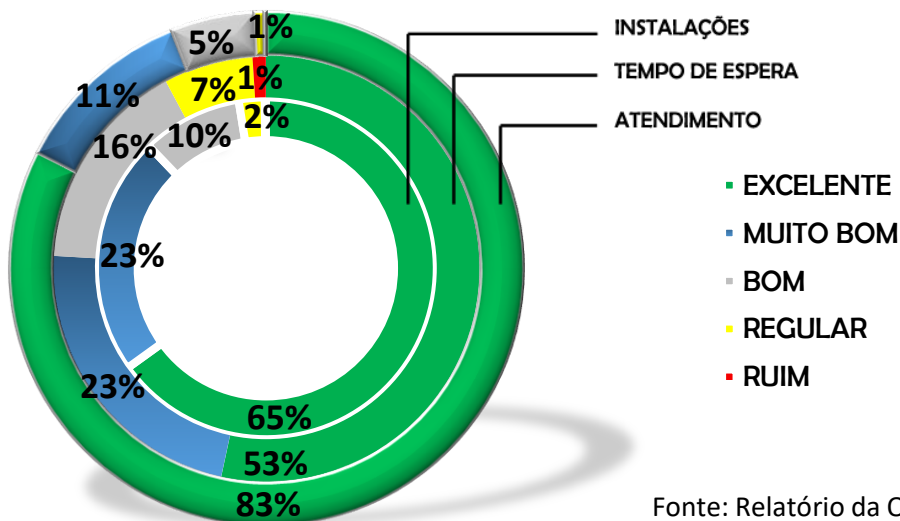
3 Pesquisas de satisfação

3.1 – Satisfação do usuário com o formulário presencial

- Presencial

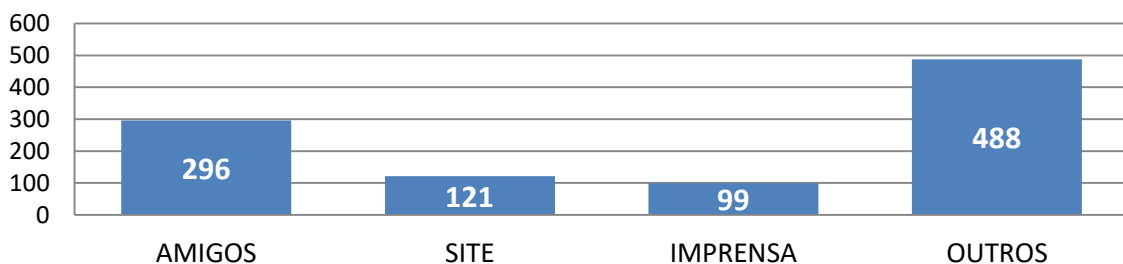
Em um universo de 1.341 atendimentos, 1.038 (77%) dos cidadãos responderam à pesquisa de satisfação com o atendimento presencial.

COMO FOI SEU ATENDIMENTO?	QTDE NO DIA	COMO AVALIA O TEMPO DE ESPERA?	QTDE NO DIA	COMO AVALIA AS INSTALAÇÕES DA OUVIDORIA?	QTDE NO DIA
EXCELENTE	797	EXCELENTE	532	EXCELENTE	659
MUITO BOM	111	MUITO BOM	225	MUITO BOM	231
BOM	51	BOM	162	BOM	97
REGULAR	6	REGULAR	68	REGULAR	25
RUIM	1	RUIM	10	RUIM	1



Fonte: Relatório da Ouvidoria

COMO TOMOU CONHECIMENTO DA OUVIDORIA DO MPRJ?

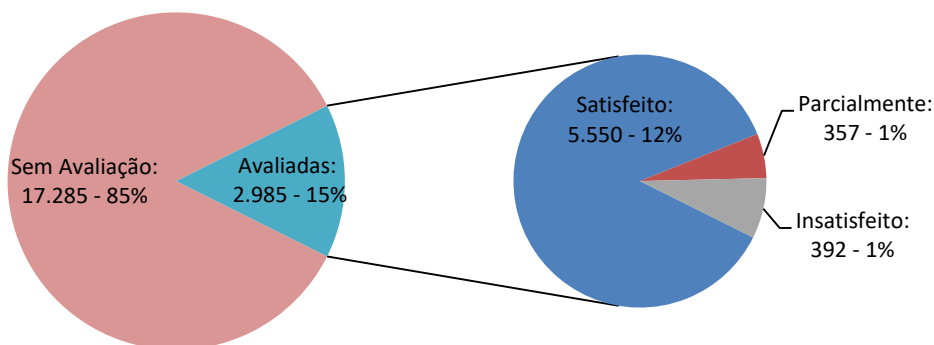


Fonte: Relatório da Ouvidoria

3.2 – Satisfação do usuário com o atendimento telefônico

- **Telefone 127**

Em um universo de 20.270 ligações atendidas, 2.985 (15%) dos cidadãos responderam à pesquisa de satisfação com o atendimento telefônico.



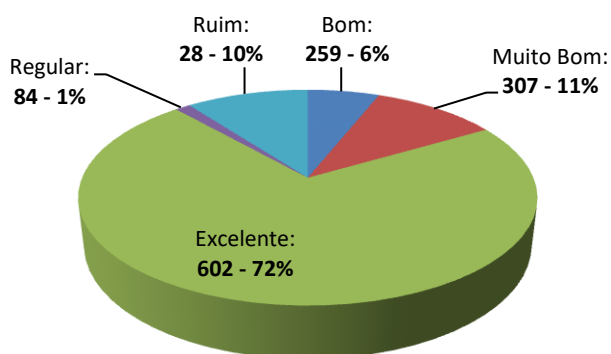
Mês	Atendidas	Avaliadas	Satisfeito	Parcialmente	Insatisfeito
Julho	3.778	563	488	29	46
Agosto	3.587	640	571	40	29
Setembro	3.122	484	426	27	31
Outubro	3.456	467	387	27	53
Novembro	2.861	462	392	25	45
Dezembro	3.466	369	320	22	27
Total	20.270	2.985	2.584	170	231

3.3 – Satisfação do usuário com o atendimento eletrônico

- **Internet**

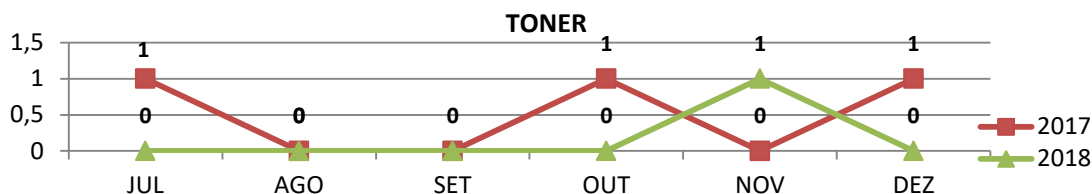
Em um universo de 7.654 comunicações, 795 (10%) dos cidadãos responderam à pesquisa de satisfação do formulário da internet.

O QUE ACHOU DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO?



4 Consumo de Material

4.1 – Consumo de toner



Total 2017: **3**

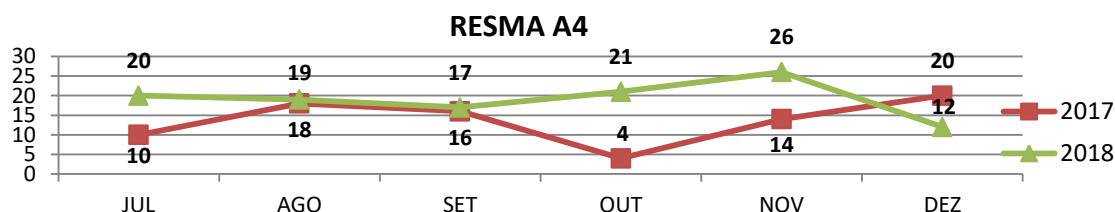
Total 2018: **1**

Média Mensal: $\approx 0,5$

Média Mensal: $\approx 0,1$

Fonte: Relatório da Ouvidoria

4.2 – Consumo de resma de papael A4



Total 2017: **82**

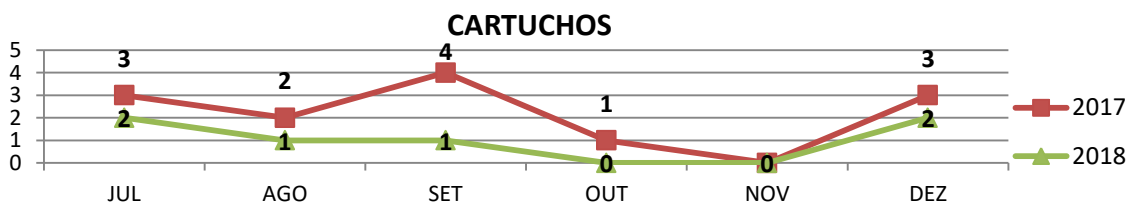
Total 2018: **115**

Média Mensal: $\approx 13,6$

Média Mensal: $\approx 19,1$

Fonte: Relatório da Ouvidoria

4.3 – Consumo de cartucho



Total 2017: **13**

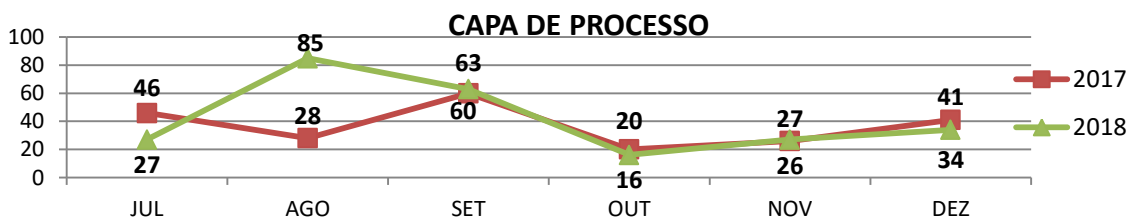
Total 2018: **6**

Média Mensal: $\approx 2,1$

Média Mensal: **1**

Fonte: Relatório da Ouvidoria

4.4 – Consumo de capa de processo



Total 2017: **221**

Total 2018: **252**

Média Mensal: $\approx 36,8$

Média Mensal: **42**

Fonte: Relatório da Ouvidoria

5 Reuniões

- **Em 03/07/18, de 14h30 as 16h:** Sala da Ouvidoria - Avaliação requisitos casos da Ouvidoria
- **Em 05/07/18, de 14h as 15h:** Sala da Ouvidoria - Fluxo de comunicações Ouvidoria/CAO Idoso/Mediação
- **Em 09/07/18, de 14h30 as 16h30:** Prédio Navega - 6º andar - Sala 7 - Avaliação requisitos projetos Ouvidoria
- **Em 11/07/18, de 15h as 18h:** Prédio Navega - 6º andar - Sala 6 - Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Sistema MGP (9ª reunião de 2018)
- **Em 13/07/18, de 14h30 as 16h30:** Prédio Navega - 6º andar / Sala 07 - Avaliação requisitos projetos Ouvidoria
- **Em 17/07/18, de 15h as 16h30:** Prédio Navega - 6º andar - Sala 7- Ouvidoria em Memória - Primeira fase do projeto que será apresentado posteriormente plataforma digital (em uma página do site)
- **Em 18/07/18, de 14h30 as 15h30:** Sala da Ouvidoria - Reunião de alinhamento para evento do “Setembro Amarelo”
- **Em 24/07/18, de 14h as 15h:** COPLE - 6º andar - Status dos processos de trabalho da Ouvidoria: LAI, Ouvidoria Itinerante e Ingresso e tratamento das comunicações
- **Em 26/07/18, de 16h as 16h30:** Sala da Ouvidoria - uso da #MPRIESTAAQUI e campanhas em redes sociais
- **Em 27/07/18, de 14h30 as 16h:** COPLE - 6º andar - Homologação das Rotinas de trabalho - Comunicação e Ouvidoria Itinerante
- **Em 31/07/18, de 14h30 as 16h:** Sala da Ouvidoria - Análise Requisitos Ouvidoria
- **Em 02/08, de 15h as 18h:** Prédio Navega - 6º andar - Sala 6 - Reunião ordinária do Comitê Gestor do Sistema MGP (10ª reunião de 2018)
- **Em 10/08/18, de 14h30 as 16h:** Sala da Ouvidoria - Avaliação Funcionalidade de Busca Comunicação Ouvidoria

- **Em 21/08/18, 15h30:** Reunião INES
- **Em 06/09/18, de 15h as 17h:** Sala da Ouvidoria - PGA 207 - Novo Portal da Ouvidoria - "Casos" - layout
- **Em 10/09/18, de 14h30 as 15h30:** Sala da Ouvidoria – Reunião de alinhamento para o evento “Setembro Amarelo”
- **Em 10/09/18, de 15h30 as 17h:** Sala da Ouvidoria - Layout Novo Portal Ouvidoria
- **Em 11/09/18, de 15h as 17h:** Sala da Ouvidoria - Alinhamento acordo de cooperação INES/MPRJ e análise material informativo MPRJ
- **Em 11/09/18, de 17h as 17h30:** STIC – Reunião sobre o sistema E-OUV da CGU
- **Em 14/09, de 15h as 18h:** Prédio Navega - 6º andar - Sala - Reunião ordinária do Comitê Gestor do Sistema MGP (9ª reunião de 2018)
- **Em 19/09/18, de 17h as 18h:** MPRJ em Mapas - Reunião para execução do Acordo de Cooperação MPRJ/CGU E-OUV
- **Em 08/10/18:** Sala da Ouvidoria – Reunião de alinhamento do evento em conjunto com a Controladoria-Geral do Estado
- **Em 18/10/18:** Prédio Navega - 6º andar - Sala 6 – Reunião ordinária do Comitê Gestor do Sistema MGP (13ª reunião de 2018)
- **Em 01/11/18, 17h:** Reunião Centro de Memória
- **Em 23/11/18:** Prédio Navega - 6º andar - Sala 7 – Reunião ordinária do Comitê Gestor do Sistema MGP (14ª reunião de 2018)
- **Em 26/11/18:** Prédio Navega - 6º andar - Sala 7 – Novo Portal de Serviços da Ouvidoria - apresentação do negócio e requisitos para CODCOM
- **Em 26/11/18, 15h:** Prédio Navega - 6º andar / Sala 07 - Reunião “Casos da Ouvidoria”

6 Ouvidoria Itinerante

Em 07/08: MPRJ presta atendimento em evento pelos 12 anos da Lei Maria da Penha



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Ouvidoria Itinerante/MPRJ e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica contra a Mulher e Núcleo de Gênero (CAO Violência Doméstica/MPRJ), participou, nesta terça-feira (07/08), de um evento em comemoração aos 12 anos da Lei Maria da Penha. A ação social foi realizada das

10h às 15h, no estacionamento do Shopping Nova América, em Del Castilho, Zona Norte. Promulgada em 7 de agosto de 2006, a Lei nº 11.340 deu visibilidade à questão do combate à violência doméstica, estabeleceu punições mais rígidas aos agressores e inovou com a adoção de medidas protetivas mais eficazes para as mulheres.

“É preciso levar esclarecimento e informação a todos os locais possíveis: nas empresas, escolas e eventos temáticos, com o intuito de promover a transformação cultural. O que vemos é quase sempre a figura do agressor arrependido diante da conduta que praticou, sob alegação de que agiu sob descontrole emocional, ou sob efeito de álcool ou drogas. Mas o fato concreto é que o mal está sempre feito, e precisa ser reparado. Mas, se a vítima foi fatal, não há possibilidade de volta. Por isso, agimos de forma itinerante: para ouvir de perto os relatos dos cidadãos e dar a devida orientação. Com o reconhecimento do problema, acolhimento e conversa, podemos avançar não só no atendimento às vítimas deste crime, mas também na sua prevenção”, pontuou o Ouvidor do MPRJ, Procurador de Justiça José Roberto Paredes.

Apesar de todos os esforços, os casos de agressão e feminicídio se repetem na mídia. Apenas um dia antes do evento, na manhã de segunda (6), no Complexo do Alemão, zona Norte do Rio, Simone da Silva, de 25 anos e grávida de três meses, foi assassinada pelo marido, o pintor Anderson da Silva, em frente ao filho do casal, de apenas três anos. “A sociedade vive em constante estado de sobressalto, em razão desta violência que parece não ter fim. Este momento, em que o MPRJ vem às ruas ouvir as pessoas, também tem como objetivo levar ao conhecimento da população que existe uma legislação e uma campanha nacional para prevenir e punir os

homens que insistem em cometer atos de barbárie contra as mulheres”, defendeu a Assessora da Ouvidoria/MPRJ, Promotora de Justiça Georgea Marcovecchio.

Coordenadora do CAO Violência Doméstica/MPRJ, a Promotora Lúcia Iloizio participou da ação no estacionamento do Shopping Nova América, e realizou atendimentos no ônibus da Ouvidoria Itinerante do MPRJ, onde foram recebidas comunicações do crime. “Só em 2018, até o momento, já são mais de 9 mil ações penais ajuizadas pela prática de violência doméstica contra a mulher, no âmbito do estado do Rio. No ano passado, foram cerca de 14 mil. São números altos, que mostram que é preciso manter essa questão ativa na pauta. A violência doméstica, muitas das vezes, tem origem no patriarcado e no machismo exacerbado que, infelizmente, matam. Ainda vista por muitos homens como uma espécie de propriedade, a mulher acaba vítima de violência diante de qualquer contrariedade, como ao expressar o simples desejo de colocar fim a um relacionamento”.

Diversos órgãos e instituições parceiras estiveram na ação, como o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ). “Eventos que celebram datas importantes são vitais, pois ajudam a transformar a ação teórica do poder público em atuação efetiva em prol da sociedade. Hoje, já informamos aqui sobre uma situação interessante, sobre a qual pouca gente sabe. É uma peculiaridade da Lei Maria da Penha que, sob certo aspecto, esbarra no contrato de trabalho da mulher que, quando vítima de violência doméstica, tem garantido por lei o direito a dias de repouso, nos quais ela não precisa se apresentar no trabalho, e tem seu salário preservado. A vítima de agressão pode pedir essa licença remunerada, mas poucas mulheres ainda têm conhecimento disso”, explicou o Desembargador do Trabalho José Luis Campos Xavier.

Norma Liliane de Souza Pinto, Coordenadora Regional do Centro de Valorização da Vida (CVV), foi outra parceira presente. “Recebemos muitas ligações de vítimas de violência doméstica. Elas não costumam se abrir. Falam de angústia, autoestima baixa, depressão, relatam que se sentem prisioneiras em casa... Mas não dão detalhes das agressões sofridas. Aos poucos, comentam discretamente sobre o comportamento dos maridos ou companheiros. Muitas pensam em colocar fim à própria vida, algumas estão até com suicídio em andamento no momento do atendimento. E a gente vai conversando. Não desligamos até sentir a reversão daquele quadro. Oferecemos, na verdade, uma escuta diferenciada. Elas falam, choram, escutam a si mesmas e, às vezes pela primeira vez, entendem o problema que estão vivendo. Por isso estamos a postos, de braços e ouvidos abertos para receber esses relatos”, concluiu.

Também participaram deste evento realizado no estacionamento do Shopping Nova América, em Del Castilho, as Secretarias Municipal e Estadual de Políticas para as Mulheres, o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ), a Fundação Leão XIII, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio e a Casa da Mulher Carioca Tia Doca, com a prestação de serviços gratuitos e esclarecimentos sobre direitos e programas de assistência social.

(fonte: Portal MPRJ 08/08/2018)

7 Participação Oficial em Eventos

- Em 01, 02, 03 e 04/08/18: Gramado/RS – XIV Congresso Estadual do Ministério Público (“O Ministério Público e o Futuro”)
- Em 16 e 17/08/18: Brasília/DF – 1ª Reunião Extraordinária CNOMP

Em 25/08/18: MPRJ presta atendimento à população em Ação Cívico Social na Vila Kennedy



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Ouvidoria/MPRJ, participou de Ação Cívico Social realizada no sábado (25/08) no CIEP da Vila Kennedy, na Zona Oeste da capital fluminense. O evento, que atraiu inclusive moradores de bairros vizinhos, como Bangu, foi promovido pelo 14º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), em parceria com instituições como o Tribunal de

Justiça, o Hospital Albert Schweitzer, a Cruz Vermelha e o Instituto Angeluz, entre outras.

A população contou com diversos serviços gratuitos, tais como caravana da cidadania, balcão de empregos, consultas médicas, dentistas, vacinação, emissão de documentos e isenções para serviços de cartório, palestras com especialistas sobre prevenção ao câncer de mama e à violência doméstica, serviços de cortes de cabelo, maquiagem, brincadeiras para crianças, atividades lúdicas e apresentações musicais. Ao longo do dia, servidores da Ouvidoria Itinerante/MPRJ receberam comunicações da população, por meio de denúncias e reclamações, com a orientação de como os cidadãos podem encaminhar e solucionar problemas relativos às áreas de atuação da instituição, tais como Educação, Saúde e Meio Ambiente.

"Vamos completar 30 anos da Constituição Federal, chamada de cidadã, em outubro. Já com as Ouvidorias, criadas com a Emenda nº 45 de 2004, convivemos há menos tempo - apenas 14 anos. Ações como a de hoje são importantes também para divulgar esse serviço. Embora o MPRJ seja muito conhecido e reconhecido, ainda é preciso reforçar o serviço da Ouvidoria, enquanto instrumento para o exercício da cidadania. E aprimorá-lo, no que toca à qualidade da

comunicação, que precisa ser clara e objetiva, para que tenha o devido prosseguimento", afirmou o Procurador de Justiça José Roberto Paredes, Ouvidor do MPRJ.

Também compuseram a equipe da Ouvidoria/MPRJ na ação da Vila Kennedy o tenente-coronel Claudius Ferreira da Silva, o supervisor Carlos Airtton Coelho e o servidor Fernando Lazzarini. Os cidadãos podem fazer o comunicado formal de reclamação ou denúncia à Ouvidoria pela internet (www.mprj.mp.br), pelo telefone (127), pessoalmente na sede do MPRJ ou por carta (Avenida Marechal Câmara, 370, Centro do Rio, CEP: 20020-080).

O Comandante da PMERJ, Coronel Luis Claudio Laviano participou do evento. "É vital esse tipo de ação, sobretudo pelo fato de as pessoas terem compreendido a nossa proposta, e estarem presentes de forma maciça, em pleno sábado. A participação de todos os órgãos, como o MPRJ, é fundamental. Em momentos como esse vemos como nossa população é carente de serviços. Hoje, ampliamos a relação da nossa corporação com a comunidade, para além do tradicional combate à violência. Nosso foco é servir e proteger o cidadão de bem", disse, destacando o papel das associações de moradores nas atividades executadas.

Diretora do CIEP, Isaura Soares Silva de Oliveira parabenizou os organizadores da ação, e apontou o principal desafio de comandar a unidade educacional que, apesar da atual crise na rede pública, chamou a atenção pelo bom estado de conservação e organização de suas instalações. "É gratificante ver essa população aqui, mobilizada. Este é um espaço aberto, e nossa proposta é essa: fazer com que a comunidade se sinta proprietária, responsável pelos cuidados com a escola. Temos uma comunicação estreita com pais e alunos, fortalecendo laços e incentivando a sensação de pertencimento. Assim, todos juntos, descobrimos uma estratégia eficaz para impedir problemas como eventuais depredações", resumiu.

O ônibus da Justiça Itinerante, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), foi um dos serviços mais procurados no CIEP da Vila Kennedy, localizado na Rua Paulino do Sacramento. "Estamos presentes para prestar auxílio e serviços judiciais, tais como a conversão de união estável em casamento - o mais procurado. Também agimos em casos de divórcios, decisões sobre guarda e alimentos. A expectativa é de que façamos cerca de 300 atendimentos, na concretização de uma ótima oportunidade de nos aproximarmos da população", relatou Rodrigo Pimentel, chefe do serviço de Justiça Itinerante.

Cátia Rosa, de 46 anos, e moradora do bairro há 35, estava de olho no principal serviço prestado pelo TJRJ. "Aqui é um bairro carente, onde não temos quase recurso algum. Por isso, vim em busca de advogado. Quero saber como transformar minha união estável em casamento formal. Fiquei impressionada com o número de pessoas em busca da mesma coisa. Tem até fila! Pelo visto, tem muita gente querendo se 'amarrar de vez'", brincou a dona de casa.

Adriana Vieira, 48 anos, compareceu à ação com o mesmo intuito, mas aproveitou para ter acesso a serviços complementares. "Consegui a isenção para tirar uma nova certidão de nascimento, documento que me custaria R\$69. A minha original já está bem surrada, quase ilegível. Moro com uma pessoa e quero converter minha união estável em casamento. Mas, para isso, preciso exatamente da minha nova certidão. Também aproveitei para medir a minha pressão e glicose, e está tudo bem, felizmente. Às vezes, a gente vai num posto de saúde e não consegue atendimento. Aqui fui muito bem atendida".

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ) foi outro órgão a aderir à ação. "O Estado precisa estar presente nas comunidades, para além da força policial. Essa iniciativa da PMERJ, reunindo diversos órgãos, representa a vanguarda. Atendemos muitas demandas sobre identificação civil - pessoas que perdem documentos ou são assaltadas. Os serviços, em geral, não chegam a áreas como a Vila Kennedy, a não ser em dias como hoje. São bairros com Índices de Desenvolvimento Humano baixos, onde as pessoas sequer têm acesso à informação. Por isso, essa integração é tão essencial", concluiu Simone Moreira de Souza, Defensora Pública da Vara de Infância e Juventude da Capital.

(fonte: Portal MPRJ 27/08/2018)

- **Em 29/08/18:** Auditório do MPRJ – Participação no projeto Abraçando o Controle Social
- **Em 11, 12, 13 e 14/09/18:** Brasília/DF – “Ouvidoria e Integridade” da Ouvidoria Nacional do CNMP, 9º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público – “Ministério Público e Integridade” (CNMP) e 2ª Reunião Extraordinária do CNOMP

Em 19/09/18: MPRJ discute a prevenção do suicídio no evento "Setembro Amarelo - Cultive a Vida"



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Ouvidoria/MPRJ e do Instituto de Educação e Pesquisa (IEP/MPRJ), promoveu, na manhã desta quarta-feira (19/09), em atenção ao mês internacional da prevenção ao suicídio, o evento “Setembro Amarelo – Cultive a Vida”. O tema foi abordado em palestras

com o jornalista André Trigueiro, autor do livro “Viver é a Melhor Opção”, e com a Coordenadora Regional do Centro de Valorização da Vida (CVV), Maria das Graças Araújo.

O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Gussem, participou da abertura do evento. Ele destacou que os canais de atendimento da Ouvidoria/MPRJ e encontros como o desta manhã buscam aproximar a instituição da sociedade e reforçar a vocação preventiva de atuação do MPRJ.

“Nós levamos um certo tempo para poder fazer essa transposição, incorporar esse verdadeiro espírito de agente de transformação social outorgado ao Ministério Público pela Constituição de 88. Estamos procurando ter uma atuação preventiva, resolutive e mais eficiente, deixando de focar tanto nos efeitos e no poder judiciário”, destacou Gussem, antes de traçar um paralelo com o lema do evento: “Um tema como este, “Cultive a Vida”, no âmbito do MPRJ preventivo, no âmbito da nossa Ouvidoria, é de extrema relevância pois nos permite agir de maneira preventiva em relação a inúmeras situações que chegam ao conhecimento da instituição.”

O Ouvidor-Geral do MPRJ, José Roberto Paredes, pontuou que a palestra tem também um caráter pedagógico, no sentido de sensibilizar e qualificar as pessoas para lidar com quem demonstra estar em situação frágil. “A temática de prevenção de suicídios é muito cara para nós da Ouvidoria/MPRJ, uma vez que a gente recebe diariamente nas ligações falas muito tocantes, manifestações que às vezes beiram o suicídio. Então nossos atendentes precisam ter essa sensibilidade”, comentou Paredes, ressaltando que a Ouvidoria/MPRJ também promove cursos de capacitação para esse tipo de atendimento.

O Diretor do Instituto de Educação e Pesquisas (IEP/MPRJ), Leandro Navega, lembrou que o evento demonstra a abertura do MPRJ para a defesa dos diversos interesses da sociedade. “O doutor Paredes e a doutora Georgea, pela Ouvidoria, conseguiram abrir o MPRJ para alcançar as camadas mais distantes da população, criando um canal de diálogo com a sociedade. Somos uma instituição aberta e a quantidade de eventos da sociedade civil que recebemos aqui é uma demonstração clara de que estamos disponíveis para receber todas as posições ideológicas e defender efetivamente a coletividade”.

A presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, Rita de Cassia Baptista, falou sobre a importância de se mostrar disponível para escutar: “Dentro desse evento de “cultivar a vida” vejo que há um liame muito grande entre o que a gente faz nas Ouvidorias e o que é tratado aqui. No momento em que nós recebemos o cidadão, emprestamos o ouvido para ouvi-lo, percebemos muitos problemas que se não fossem escutados poderiam escalonar para um suicídio”.

Numa palestra inspiradora, Trigueiro explicou que tratar o suicídio como um tabu prejudica o trabalho de prevenção, uma vez que afasta da população informações fundamentais sobre prevenção e tratamento. Para avançar no enfrentamento ao problema, entretanto, frisou que é

necessário tratar com responsabilidade e profundidade, evitando abordagens que possam estimular pessoas em situação de fragilidade. O jornalista listou fatores que podem levar uma pessoa a cometer suicídio, alertou para a necessidade de perceber mudanças comportamentais e insistiu na importância de buscar ajuda.

“Na área da saúde pública, não se faz prevenção sem informação, e isso vale para o suicídio. Estamos no Setembro Amarelo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reservou, ao longo do mês de setembro, espaço no calendário para uma campanha que precisa ter lugar no sentido de as pessoas compreenderem que suicídio é caso de saúde pública. Que as pessoas precisam conhecer os fatores de risco, comportamentos que podem estar associados a intenção suicida, a necessidade de procurar ajuda, aonde procurar ajuda, quem pode ajudar e os serviços de assistência que prestam voluntariamente esse serviço de apoio emocional e prevenção de suicídio”, apontou Trigueiro.

Para se ter uma ideia da dimensão do problema, os dados da OMS registram mais de 800 mil mortes por suicídio a cada ano no mundo – o equivalente a um a cada 45 segundos. No Brasil, são aproximadamente 32 óbitos por dia – que coloca o país na sexta posição mundial em números totais. Diante de um quadro tão preocupante, fica mais evidente a importância do trabalho da CVV na prevenção. Através de trabalho de 2.5 mil voluntários, a organização atende anualmente cerca de 2 milhões de pessoas. Além dos 105 postos físicos de atendimento, a CVV atende em todo o país gratuitamente no telefone 188.

A Coordenadora Regional do CVV, Maria das Graças Araújo, explicou que o serviço de apoio emocional oferecido pelo centro foca principalmente em escutar as pessoas, sem qualquer julgamento e evitando até dar conselhos. É o conceito de escuta não diretiva. “O diferencial é a empatia ao próximo e a capacidade de escuta sem julgamento. Só de ser ouvida, a pessoa sente-se confortada, ganha mais um fôlego na vida”, conta Maria das Graças.

Maria das Graças informou que no próximo sábado (22/09), das 8h30 às 17h30, na Uerj, será realizado o programa de seleção de voluntários. Qualquer interessado com mais de 18 anos pode participar. Os voluntários só precisam ter disponibilidade para trabalhar um dia na semana. Mais informações sobre o trabalho voluntário realizado e sobre como se voluntariar podem ser obtidas no site www.cvv.org.br.

(fonte: Portal MPRJ 20/09/2018)

Em 20/09/18: MPRJ participa de projeto 'Ouvidoria nas Escolas' com palestra sobre bullying



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação (CAO Educação/MPRJ) e da Ouvidoria, participaram, nesta quinta-feira (20/09), do Projeto "Ouvidoria nas Escolas", na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Centro.

A Subcoordenadora do CAO Educação/MPRJ, a Promotora de Justiça Renata Vieira Carbonel Cyrne, ministrou palestra sobre bullying e falou da importância da atuação preventiva das escolas para repelir as práticas e melhorar o espaço de aprendizagem.

“Este ano tivemos uma alteração da nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação e é essencial a atuação preventiva das escolas para prevenir e combater essa prática, que comumente acontece no ambiente escolar. Desde 2015 temos uma lei que traz a expressão bullying para o universo jurídico e, se for preciso o Ministério Público vai intervir, porque nós fiscalizamos o direito do aluno a uma boa educação”, destacou.

O Ouvidor do MPRJ, Procurador de Justiça José Roberto Paredes, destacou os canais de comunicação da Ouvidoria e a importância de sabermos separar os limites entre brincadeira e ofensa.

“Esse é um evento em que eu já participei no ano passado e fico muito feliz de ver algumas escolas ensinando e conduzindo o aprendizado. Em síntese, temos que ter a consciência de que o direito de um termina quando começa o direito do outro e tem que existir sempre o bom senso. É assim tanto no bullying como no assédio sexual; brincadeira é uma coisa, ofensa é outra! Nós temos vários canais de comunicação com a população, através do telefone 127, do formulário eletrônico pela internet e do atendimento presencial na sede”, pontuou.

Antes da palestra, ministrada para alunos da rede pública de ensino e profissionais da área de educação de Belford Roxo, alguns estudantes participaram da eleição para Ouvidor mirim do município e compartilharam suas experiências. A palestra contou com um depoimento emocionante de uma professora que sofreu cyberbullying.

(fonte: Portal MPRJ 21/09/2018)

- Em 27 e 28/09/18: Belem/PA – XXXVIII Reunião CNOMP

Em 29/09/18: MPRJ presta atendimento à população durante ação social realizada no Jardim Catarina, em São Gonçalo



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Ouvidoria/MPRJ, participou de ação comunitária realizada ao longo deste sábado (29/09), no Jardim Catarina, na cidade de São Gonçalo. Promovido pelo Gabinete de Intervenção Federal e o Comando Conjunto, o evento ocorreu no CIEP Anita Garibaldi, e contou com a presença de

órgãos dos governos estadual e municipal, instituições jurídicas e iniciativa privada, atraindo grande público, inclusive crianças, que se divertiram em brinquedos e atividades lúdicas, como manipulação de bonecos e contação de histórias. Houve oferta de serviços à população, com emissão de documentos, assistência médica, odontológica, vacinação e palestras.

A Ouvidoria Itinerante/MPRJ recebe comunicações e denúncias sobre temas como Saúde e Violência Doméstica, estreitando a relação entre a instituição e a população. "É preciso destacar a abrangência dessa ação social. São Gonçalo tem cerca de um milhão de habitantes, sendo a segunda maior população do estado, perdendo para a capital. Vemos muitas ações concentradas no Rio, ou mesmo na Baixada, ficando essa área, por vezes, esquecida. Concentradas aqui, no Jardim Catarina, as atividades de hoje beneficiam cerca de 200 mil pessoas, pois atendem aos moradores de comunidades próximas, como Salgueiro e Itaoca. Espero que o evento sirva não só para a efetiva prestação de serviços, mas para chamar a atenção de que eles devem ser oferecidos no cotidiano, de forma regular", ponderou a Promotora de Justiça Georgeta Marcovecchio, Assessora da Ouvidoria/MPRJ.

Também compuseram a equipe do Ministério Público fluminense nesta ação o Tenente-Coronel Claudius Ferreira da Silva, o Supervisor Carlos Airton Coelho, o servidor Fernando Lazzarini e o analista de TI Marcelo Roque. A Ouvidoria/MPRJ pode ser contatada pela internet (www.mprj.mp.br), pelo telefone 127, diretamente na sede do MPRJ ou por carta (Avenida Marechal Câmara, 370, no Centro do Rio, CEP 20020-080).

Interventor na Segurança Pública do Estado, o General Braga Netto fez rápida passagem pelo evento, mas fez questão de ressaltar a importância do mesmo. "Eu tenho dito, e realmente tenho a absoluta convicção, de que a questão da segurança não pode se resumir apenas à presença das Forças Armadas e policiais nas comunidades. Na condição de representante de uma parcela do governo, eu faço questão de sempre estar presente nas ações sociais, exatamente para mostrar a importância que dou ao tema. E reafirmar que, se as políticas sociais não se apresentarem, não encontraremos solução para os desafios da segurança no nosso estado".

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJRJ) foi outro órgão presente, com o ônibus da Justiça Itinerante. "Essa é uma comunidade carente de todos os serviços, inclusive no quesito documentação. A demanda é evidente, por isso gostaríamos todos que esse tipo de ação fosse realizada com maior frequência. A administração municipal enfrenta dificuldades, mas conseguiu se mobilizar e garantir a participação de diversas secretarias, como as de Saúde e Educação", afirmou a Juíza Thereza Cristina Nara da Fontoura Xavier, responsável pela Justiça Itinerante no Jardim Catarina e Santa Luzia, outro bairro de São Gonçalo, onde um dos desafios é o atendimento à população diante das ameaças do crime organizado.

Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Rio Bonito, a Promotora Priscila Naegele Xavier apontou a natureza das principais demandas recebidas em eventos como o deste sábado. "São questões de família, justamente devido à falta de oportunidades de acesso à Justiça. As pessoas nos procuram simplesmente para dar entrada em divórcios ou converter a união estável em casamento. Esse trabalho deveria ser constante, contínuo, pois esses cidadãos têm dificuldade de obter atendimentos básicos. Essa é uma iniciativa extremamente positiva da intervenção federal", afirmou.

Claudia Daltro Costa Matos, Defensora Pública, estava à frente do atendimento. "Estamos aqui para fazer o serviço público se apresentar, para que essas pessoas não fiquem reféns de uma situação de vulnerabilidade social. Habilitação de casamentos, divórcios consensuais e litigiosos, ações de alimentos para os filhos, reconhecimento de paternidade... Atendemos de tudo hoje, aqui. São basicamente assuntos da vara de família. E, principalmente, pedidos de mulheres. Essa aqui, por exemplo, está esperando o companheiro chegar para poder se casar", revelou.

A jovem citada pela Defensora era Alessandra Silva de Farias que, alguns minutos depois, já assinava os papéis com José Costa da Silva, com quem tem dois filhos, frutos de um relacionamento de oito anos. "Olha, é tudo muito complicado, viu? A certidão é cara e, além disso, o meu companheiro, agora marido, está desempregado. Há muita burocracia para conseguir tirar os documentos. Estávamos doidos pra conseguir um casamento assim. Soubemos na igreja que haveria essa ação social, decidimos vir e ficamos surpresos que, sim, é possível casar na mesma hora, com um atendimento rápido. Enfim, regularizamos a nossa união".

Gerente do programa SOS Crianças Desaparecidas, da FIA (Fundação para a Infância e Adolescência), Luiz Henrique Oliveira visitou a sala do CIEP onde esteve montada a estrutura da Ouvidoria/MPRJ, e apresentou dados preocupantes deste problema social. "Estimamos que 76% dos desaparecimentos têm origem em conflitos familiares, que acabam resultando em fugas, mostrando que, muitas vezes, o perigo e a rotina de agressões estão dentro de casa. Claro, há outras razões, como envolvimento com o tráfico e exploração sexual... Ocorrem cerca de 40 mil desaparecimentos de crianças e adolescentes por ano no Brasil. A FIA atua há 24 anos, com percentual de 85% de aparecimentos, e vamos estreitar a parceria com o MPRJ", pontuou, destacando que é preciso investir na prevenção e numa legislação que permita maior agilidade no registro desses casos e na instauração de inquéritos.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro montou seu estande logo na entrada da unidade escolar. "Estamos orientando as pessoas, fazendo a emissão de multas para quem está devendo, dando entrada em processos de regularização de títulos e promovendo a cidadania, com palestras e orientação de como votar na urna eletrônica. Percebemos um volume alto de dúvidas sobre cancelamento dos títulos de eleitor, em função da exigência da biometria. E estamos esclarecendo a todos que este procedimento ainda não obrigatório na maioria dos municípios do nosso Estado", contou Bruno Andrade, Assessor da presidência do TRE-RJ.

O Governo do Estado mobilizou várias secretarias para realizar atividades – tais como as de Educação; Trabalho e Renda; Cultura; Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social; e Saúde, com grande demanda por consultas e exames de clínica geral, odontologia e pediatria, com vacinação, encaminhamentos e orientação sobre higiene bucal para crianças e adolescentes. Houve ainda participação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Defesa Civil Estadual e da Polícia Militar, inclusive com apresentação de sua banda. O ponto de atendimento do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran-RJ) foi um dos mais procurados, em especial pela emissão gratuita de documentos, como a carteira de identidade, instrumento básico para o reconhecimento e exercício da cidadania.

(fonte: Portal MPRJ 30/09/2018)

- **Em 25/10/18, de 09h as 15h30:** Auditório do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Seminário Inovações – Lei 13460/2017

Em 25/10/18: MPRJ recebe ouvidores em seminário promovido em parceria com a Controladoria Geral do Estado



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Ouvidoria/MPRJ e do Instituto de Educação e Pesquisa (IEP/MPRJ), promoveu, nesta quinta-feira (25/10), em parceria com a Controladoria Geral do Estado (CGE), o Seminário Inovações da Lei 13.460/2017. Com foco no atendimento das Ouvidorias, o evento, realizado no auditório da sede do MPRJ, apresentou os

impactos na gestão pública da lei que estabeleceu normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública.

O Procurador-Geral de Justiça Interino, Ricardo Ribeiro, participou da abertura, destacando que a Ouvidoria do Ministério Público fluminense é o principal canal de comunicação da instituição com a população. “Nossa Ouvidoria é o exemplo do Ministério Público que todo mundo quer: dedicado, proativo e voltado para os interesses da população”, observou.

O Procurador de Justiça José Roberto Paredes, Ouvidor do MPRJ, comentou que a ideia é qualificar os participantes em relação aos fundamentos e também à prática da nova lei dos usuários dos serviços públicos. “Esses eventos, acima de tudo, permitem essa interação entre todos os personagens envolvidos nesse grande papel que é o da Ouvidoria. Ontem mesmo lembrávamos que a Ouvidoria é o único órgão do Ministério Público previsto constitucionalmente. Isso é uma realidade, e a tendência é crescermos cada vez mais”, avaliou.

A Ouvidora-Geral do Estado, Rosângela Dias Marinho, acrescentou que o encontro conscientiza gestores, servidores e a sociedade civil da importância da Ouvidoria pública para a gestão dos recursos públicos e a melhoria dos serviços prestados pelo Estado. “A Ouvidoria do Estado foi criada em junho, começou suas atividades em julho e está sendo um desafio muito grande. A equipe está com dedicação permanente para cumprir essa competência de aproximação com a sociedade civil”, disse Rosângela, que concluiu: “Temos que estar juntos para conseguir as mudanças desejadas, levando o melhor serviço para a sociedade”.

Também participaram da mesa de abertura o chefe do serviço da Coordenação Geral de Orientação e Monitoramento de Ouvidorias da Ouvidoria-Geral da União, Marcos Monteiro; o

Controlador-Geral do Estado, Nestor Lima de Andrade; o Ouvidor-Geral do Conselho Regional de Contabilidade do Rio, Luiz Francisco Peyon; e o Ouvidor-Geral do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), Marcelo Verdini Maia.

O auditório esteve lotado durante todo o dia. O primeiro a palestrar foi Marcos Monteiro, que apresentou aos participantes as funcionalidades, as formas de utilização e as características do sistema de Ouvidoria do poder executivo federal (e-OUV).

Em seguida, o Coordenador-Geral de Orientação e Acompanhamento da Ouvidoria e Transparência Geral do Estado do Rio, Eduardo Waga, trouxe para o Rio a discussão ao dar detalhes sobre os esforços para a regulamentação da lei 13.460/17 no Estado, o que se deu por intermédio da Lei Estadual 7.989/18, que criou a Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, abordando o que foi feito para a estruturação do novo órgão, em termos administrativo e legislativo, os serviços ofertados e outras providências.

Após intervalo para o almoço, o Assessor da Secretaria de Planejamento do TCE-RJ, Rhuan Andrade da Costa, palestrou sobre a experiência do TCE com a elaboração e disponibilização da Carta de Serviços ao Usuário, documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços por ela prestados, permitindo ainda entender todas as responsabilidades com relação aos serviços prestados pelo órgão. Discorreu ainda sobre a sua finalidade, os princípios que ela deve observar, os direitos que deve garantir e outras informações necessárias, aprofundando, depois, para a experiência do TCE/RJ no tema. Concluiu que “a ouvidoria é um investimento democrático porque permite a participação do indivíduo, ainda que para fazer uma reclamação ou para sugerir algo”.

A última palestra do dia foi concedida pelo Ouvidor-Geral da União, Gilberto Waller. Ao abordar o tema da Ouvidoria na gestão pública, Gilberto percorreu alguns marcos legislativos responsáveis por consolidar as Ouvidorias. Gilberto mostrou, ainda, uma pesquisa indicando que só recentemente o cidadão passou a procurar as Ouvidorias com a mesma intensidade que já procurava os canais de atendimento de serviços privados.

O Ouvidor-Geral da União frisou que a atuação da administração pública não deve pautar-se só nos princípios da eficácia e eficiência, devendo priorizar também a efetividade. “Eficácia e eficiência são institutos ótimos para medir a qualidade da gestão pública, mas não traz o bem estar do cidadão. O bem estar reflete a efetividade e isso somente o usuário pode dizer se está positivo ou não. Se não ouvir o que o cidadão quer, vai sempre errar”, disse Gilberto que alertou para a necessidade dos gestores se prepararem para demandas atuais como a proteção de dados na internet.

Tanto na parte da manhã quanto na da tarde, ao final das apresentações, o público pôde formular perguntas aos palestrantes, que receberam certificados de agradecimento pela participação no evento.

(fonte: Portal MPRJ 26/10/2018)

- **Em 13 e 14/11/18, de 09h as 17h:** Rio de Janeiro/RJ – Curso de Media Training promovido pelo CNOMP no CML (palestras e treinamento)

MPRJ sedia o 7º Encontro Regional da Comissão de Planejamento Estratégico Nacional do CNMP



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) sediou, nos dias 21 e 22 de novembro, o 7º Encontro de Planejamento Regional da Comissão de Planejamento Estratégico Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que contou com representantes dos MPs

Estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal, assim como os dos diversos ramos do MP da União. O encontro, destinado à formulação da estratégia do Ministério Público nacional, para o período de 2020 a 2029, é o último a ser realizado este ano.

Os membros presentes ao encontro elegeram como valores institucionais mais caros ao MP resolutividade, eficiência, efetividade, proatividade e ética, nesta ordem. A visão de futuro eleita entre os votos dos representantes foi a de que o “Ministério Público seja reconhecido como instituição acessível à população, sensível aos anseios sociais e capaz de prevenir conflitos e de agir na defesa dos temas mais caros à sociedade, inclusive o combate à corrupção, com agilidade, eficiência e resolutividade”.

Abrindo o evento, o Procurador-Geral de Justiça interino, Ricardo Martins, ressaltou a importância do encontro para que possam ser construídas bases sólidas de atuação conjunta entre todos os MPs do país. “É uma honra para o MPRJ ser o anfitrião deste encontro que é mais uma etapa de elaboração do planejamento estratégico nacional. Dentro da relevância que temos no âmbito nacional, é importante que tenhamos um pensamento uniforme para que possamos atender a sociedade como um todo. Estamos imbuídos do mesmo propósito, que é o de construir um MP melhor para todos”, declarou o PGJ interino.

Além de Ricardo Ribeiro Martins, compuseram a mesa de abertura o Conselheiro do CNMP e Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do órgão, Sebastião Caixeta; a Subprocuradora-Geral de Justiça de Planejamento Institucional do MPRJ, Leila Machado Costa; a Subcorregedora-Geral do MPRJ, a Procuradora de Justiça Ana Cíntia Lazary Serour; a Assessora da Ouvidoria do MPRJ, Promotora de Justiça Georgea Marcovecchio Guerra; o diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa do MPRJ, Promotor de Justiça Leandro Navega; e o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, Fábio Goulart.

Construção coletiva para os desafios do futuro

De acordo com Sebastião Caixeta, a elaboração do planejamento estratégico de todos os MPs do país é fruto do aprendizado da instituição. “Em todos os nossos ramos, nos estados e na União, começamos a empreender essa lógica, cientes da necessidade de levar a cabo o planejamento e a gestão estratégica, em busca de uma construção coletiva com o envolvimento de nossos membros e servidores. Quem de fato conhece as demandas e dificuldades do MP brasileiro são eles, que sabem os caminhos e desafios que precisamos enfrentar para construir o MP do futuro”, destacou.

O Conselheiro esclareceu que os encontros regionais, que aconteceram em 8 (oito) localidades, durante todo o ano de 2018, não pretendem apenas construir um documento, mas estabelecer uma política de atuação. “Cada uma das unidades do MP precisa fazer seu próprio planejamento. Mas temos como missão constitucional buscar nossos pontos de convergência. Uma das falhas do planejamento atual é não ter um modelo de gestão e governança único, com indicadores. Por isso faremos em Brasília, em 2019, uma consolidação dos dados colhidos nesses encontros. É um trabalho de extrema relevância que será submetido ao plenário do CNMP no ano que vem”, afirmou.

De acordo com Leila Machado Costa, a elaboração de um planejamento estratégico alinha o MP nacional e se compatibiliza ao que tem sido realizado no MPRJ. “Temos buscado, internamente,

na linha do que se vêm fazendo nacionalmente, trazer luz ao princípio da unidade para promoção de sua coexistência harmônica com o da independência funcional. E nada mais macro, nesta perspectiva, do que a unidade nacional. Temos todas as áreas do MP nesse encontro. É muito interessante sentarmos todos à mesma mesa para troca de experiências, de pensamentos, e construção coletiva de uma visão de futuro. Isso traz concretude ao princípio da unidade. Além disso, poderemos apreender alguns conceitos e ideias que foram citados aqui e trazê-los para o desenvolvimento do nosso planejamento estratégico”, discorreu.

Observatório SUAS

Coordenadora do Grupo de Atuação Especializada no Combate à Corrupção (GAECC/MPRJ), a Promotora de Justiça Patrícia do Couto Villela, fez uma apresentação do projeto “Observatório SUAS”, desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania (CAO Cidadania) na época em que o coordenava. A ferramenta fiscaliza as iniciativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado do Rio. O projeto conquistou o primeiro lugar no Prêmio CNMP 2018, no segmento Tecnologia da Informação.

“Temos, na Constituição Federal, diversas normas sobre políticas públicas que tratam de direitos prestacionais, muitas com vinculações de receitas e mecanismos de controle mais rígidos. E a assistência social, por ora, ainda é a prima pobre destas políticas. Ela não tem a vinculação de receitas e o MP, de certa forma, ainda carece de uma maior maturação do controle. E esses foram os motivos pelos quais o CAO Cidadania pensou na elaboração do projeto”, explicou a Promotora.

Ainda segundo Patrícia, a assistência social trabalha com a questão da vulnerabilidade e, como direito prestacional, busca a transformação social. “Essa realidade de vulnerabilidade pode ser transformada. A assistência social é uma projeção da dignidade humana inserida em nosso código constitucional. As pessoas são vistas com as suas potencialidades intrínsecas, que são múltiplas e progressivas. A partir do momento em que se vai adquirindo conquistas, outras se colocam no rumo a ser buscado. Por isso, as normas são eficazes, mas a efetividade e a mudança do cenário social só são adquiridas através das políticas públicas. A assistência social não é só um direito humano, mas um pressuposto para o exercício de todos os demais direitos. Alguém em situação de vulnerabilidade certamente não vai exercer os seus demais direitos”, pontuou.

Planejamento para estabelecer prioridades

Ana Lara Camargo de Castro, Promotora de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso do Sul e membro auxiliar na Comissão de Planejamento Estratégico, iniciou sua apresentação lembrando que, por vezes, a expressão ‘planejamento estratégico’ é vista com antipatia por representantes

do MP, por acharem se tratar de uma função voltada ao mercado. “Essa ideia de mercado, com certa razão, causa uma espécie de rejeição em uma instituição que presta um serviço destinado ao público e não ao mercado. Mas, para desmistificar esse temor, podemos dizer que o planejamento estratégico nada mais é que um processo de racionalização de tempo e de estabelecer prioridades. O objetivo principal de realizarmos estes encontros é evitar um MP reativo, incapaz de antecipar seus problemas. O MP precisa estar em contato com a população e fazer nossos clientes - a sociedade - felizes. Além disso, precisamos trabalhar para mediar independência funcional com a questão da unidade. Esse é o calcanhar de Aquiles do MP, mas precisamos estar dispostos a um projeto de integração”, reforçou.

Roberto Itajahy, Assessor da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, explicou que foi feita uma pesquisa para verificar a visão da sociedade sobre o MP, sendo ouvidas cerca de dez mil pessoas. “Entre os temas citados como prioridade de atuação estão saúde e gestão do SUS, educação e as políticas públicas adotadas para o setor e, em primeiro lugar, a atuação da instituição nos casos relacionados a atos de corrupção, como já era esperado, em especial os relativos à improbidade administrativa. Estas são, atualmente, as principais preocupações da sociedade e estão listadas de maneira estruturada em nossa homepage, para que estes dados possam ser analisados e levados em conta na elaboração do planejamento estratégico”, explicou.

O encontro terminou nesta quinta-feira (22/11), quando foram realizadas diferentes atividades com a finalidade de serem definidos objetivos estratégicos e ações a serem adotadas pelos MPs no período 2020/2029. Entre os objetivos citados foram recolhidas sugestões sobre os temas: Corrupção/patrimônio público, Educação, Saúde, Segurança Pública, Infância e Adolescência, Criminal, Direitos Humanos, Execução Penal, Meio Ambiente, Áreas Trabalhista e do Consumidor.

Na área de Segurança Pública, que obteve o maior número de sugestões entre os grupos, foram estabelecidas como ações a serem desenvolvidas a integração dos setores de inteligência dos MPs com o compartilhamento de dados, especialmente das secretarias de segurança e a criação de uma normatização básica e integrada com capacidade de acesso pelos diferentes MPs. Também foi sugerido um esforço conjunto para desenvolver um planejamento estratégico no combate ao crime organizado.

(Fonte: Portal MPRJ 23/11/2017)

- **Em 22 e 23/11/18:** Goiânia/GO – XXXIX Reunião CNOMP

Em 24/11/18: MPRJ participa de ação social em Belford Roxo com Ouvidoria Itinerante



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) participou neste sábado (24/11), por meio da Ouvidoria Itinerante/MPRJ, de mais uma ação comunitária promovida pelo Gabinete de Intervenção Federal e o Comando Conjunto de Operações, dessa vez em Belford Roxo. O evento, que contou com o apoio

de órgãos dos governos estadual e municipal, instituições jurídicas e da iniciativa privada, foi realizado no CIEP Constantino Reis e prestou, de forma gratuita, diversos serviços à população, como emissão de documentos, orientação jurídica, vacinação e assistência médica, com realização de exames básicos.

Este foi o 102º evento externo de que participou a Ouvidoria Itinerante/MPRJ. Somente em 2018, sob a organização do Gabinete de Intervenção Federal e do Comando Conjunto de Operações, o MPRJ participa pela quinta vez da iniciativa. A Ouvidoria Itinerante/MPRJ recebe dos cidadãos comunicações como danos ao meio ambiente e ao patrimônio público, desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor, má prestação de serviços públicos, abusos de autoridade, maus tratos a idosos, crianças e deficientes físicos e vários tipos de crimes, como pedofilia, corrupção, pirataria, atuação de milícias e violência sexual, entre outros, para que o MPRJ possa atuar junto aos órgãos públicos na resolução dos problemas detectados.

“Estou há mais de quatro meses tentando realizar uma ultrassonografia abdominal em uma unidade de saúde da cidade e nunca consigo marcar o exame. Como recentemente tive uma isquemia cerebral e preciso deste exame para detectar o real problema de saúde, não posso esperar o prazo que a prefeitura me dá. Aliás, eu ainda não fui comunicado de nenhum prazo para a realização do exame. Procurei o estande do MPRJ para fazer valer meu direito à saúde pública”, declarou um morador de Belford Roxo, que preferiu não se identificar, e foi o primeiro a procurar o estande da Ouvidoria Itinerante.

A Promotora de Justiça Georgea Marcovecchio, Assessora da Ouvidoria/MPRJ, falou da importância do evento para que os cidadãos de comunidades mais carentes possam exercer seus direitos. “A Ouvidoria está aqui para orientar o cidadão a respeito dos seus direitos. Ele sai daqui com o número de protocolo da sua solicitação e passa a ter uma senha para acompanhar esse processo no site do MPRI e saber para onde a sua comunicação foi encaminhada”, explicou a Promotora de Justiça.

Ainda segundo ela, esta foi a primeira ação realizada pelo MPRI no município sob a organização do Gabinete de Intervenção, o que facilitou a prestação dos serviços por incluir a estrutura de apoio do Exército. “Isso amplia o leque de ofertas ao cidadão. O evento teve bastante adesão da sociedade, as pessoas procuram muito o atendimento de serviços, de saúde, retirada de documentos. Nós vemos que o cidadão é atendido”, observou.

Também compuseram a equipe do MPRI na ação o Tenente-Coronel Claudius Ferreira da Silva, o Supervisor Carlos Airton Coelho e o servidor Fernando Lazzarini. A Ouvidoria/MPRI pode ser contatada pela internet (www.mprj.mp.br), pelo telefone 127, diretamente na sede do MPRI ou por carta (Avenida Marechal Câmara, 370, no Centro do Rio, CEP 20020-080).

O Interventor Federal na Segurança Pública do Estado do Rio, General Braga Netto, esteve rapidamente na parte da tarde no estande do MPRI e elogiou o atendimento prestado no local. Comandante do Comando Conjunto de Operações, o General-de-Divisão Antônio Barros, esteve na parte da manhã no estande e destacou a parceria com a instituição. “Nós entendemos que o MPRI é a voz da cidadania fiscalizando o Estado como um todo. Sabemos que a população precisa muito deste tipo de assistência e, por isso, agradeço em nome do General Braga Netto pelo esforço em atender o povo do Rio de Janeiro”, declarou.

Entre os órgãos que montaram estruturas para atender os cidadãos, o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) contou com uma tenda para emissão gratuita de carteira de identidade, que foi um dos mais procurados. Uma das pessoas que aproveitou para retirar a segunda via da sua identidade foi Giane Ribeiro, que elogiou a prestação do serviço. “Um evento como esse é muito bom pois, além de ter solicitado a minha segunda via rapidamente, com um prazo menor do que me foi dado pela primeira vez, eu posso aproveitar outros serviços, tirar a pressão, fazer o cabelo. Enfim, eu acho que ações como essa são muito necessárias para nós, que não temos muito acesso a serviços como estes que estão sendo oferecidos aqui hoje”, ponderou.

Já Girlene Ferreira, que aproveitou o estande da secretaria municipal de Saúde de Belford Roxo para medir a pressão e fazer um rápido exame de sangue, a oportunidade de ter um serviço médico de maneira mais prática e rápida é exatamente o que a população de Belford Roxo espera

dos seus governantes. “Quem não tem um aparelho de pressão em casa, por exemplo, depende de um posto de saúde que, muitas vezes, não consegue atender a todos. Nossa comunidade precisa que olhem por nós”, afirmou Girlene.

Funcionária do SESC que foi ao local para atuar no estande do Governo do Estado para a emissão de documentos de forma gratuita, Luana Gentil falou da importância da iniciativa. “É muito legal porque percebemos que a cidade precisa disso. Eu já vi de tudo, de noivas que vieram trazendo a família para vê-las se casar, muita gente em busca de emprego, de carteira de trabalho. E a isenção de taxas é muito importante por que muita gente perde o seu documento, não tem dinheiro para tirar outro e acaba perdendo oportunidades de melhorar de vida”, ressaltou.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio disponibilizou um ônibus do programa “Justiça Itinerante”, oferecendo serviços na área de Direito de Família, Cível, Direito do Consumidor e registro civil. Já o Ministério Público Militar (MPM) participou também por intermédio de sua Ouvidoria, entrando em contato com os cidadãos para ouvir suas demandas.

O Governo do Estado mobilizou várias secretarias para realizar atividades. A Secretaria de Saúde montou uma estrutura para vacinação contra febre amarela, a de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos levou o Ônibus Lilás, veículo itinerante que ofereceu assistência jurídica, psicológica e social às mulheres, e a de Trabalho e Renda esteve presente com o Sine Móvel, que ofereceu os seguintes serviços: intermediação de mão de obra (Balcão de Empregos), agendamento de Carteira de Trabalho e Previdência Social e seguro-desemprego.

Por intermédio da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) foram realizados atendimento e encaminhamento de famílias com crianças e adolescentes desaparecidos, assim como em situação de vulnerabilidade social. Já a Secretaria de Estado de Cultura, por meio do Rio Criativo, montou um Balcão Empreendedor, espaço para atendimento à população e aos empreendedores de Belford Roxo e arredores, que desenvolvem projetos culturais, sejam responsáveis por negócios criativos ou estejam buscando oportunidade na área.

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) e a Defesa Civil Estadual (SEDEC-RJ) participaram da ação comunitária promovendo diversas atividades. Os militares do Centro de Educação Profissional em Atendimento Pré-Hospitalar (CEPAP) marcaram presença com exposição de materiais operacionais utilizados no Atendimento Pré-Hospitalar (APH) e com apresentação de palestras e demonstrações práticas de primeiros-socorros e prevenção a acidentes. Os agentes da SEDEC programaram ações de conscientização para a população sobre comportamento em situações de desastres.

A Banda da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) se apresentou no local e a corporação prestou serviços na área de saúde, com atendimento médico e odontológico, bem como aferição de pressão, distribuição de folders informativos de nutrição e verificação de glicemia.

A Prefeitura de Belford Roxo ofereceu serviços como o “Morar Legal”, que incentiva os contribuintes a fazer o registro de seus imóveis, o “Vestibular Cidadão”, “Vaga Legal”, “Vale Social” e emissão gratuita de certidões. Já a Secretaria Municipal do Trabalho esteve no local com seu Balcão de Empregos.

A 1ª Região Militar e a Junta de Serviço Militar de Belford Roxo realizaram a consulta da situação do serviço militar dos jovens presentes, orientando-os sobre os passos a serem seguidos para o alistamento militar.

(Fonte: Portal MPRJ 24/11/2017)

8 Notícias

Em 29/09/18: MPRJ estará de plantão durante manifestações neste sábado, 29/09



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Ouvidoria, da Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI/MPRJ) e da Assessoria de Direitos Humanos e Minorias (ADHM/MPRJ), funcionará em regime de plantão, neste sábado (29/09), das 12h às 21h, para receber eventuais demandas relacionadas às manifestações previstas para este dia.

Tel.: 127

Endereço: Avenida Marechal Câmara, 370 – subsolo.

(fonte: Portal MPRJ 28/09/2018)

Ouvidoria Itinerante/MPRJ atinge marca dos 100 eventos realizados para atendimento à população



A Ouvidoria Itinerante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) alcançou, no dia 21 de setembro, a marca de 100 eventos realizados, com atendimento e recolhimento de comunicações da população, em diversos pontos da região metropolitana e interior do estado. Do primeiro deles – realizado em 4 de agosto de 2009, na sede do clube Fluminense, em Laranjeiras – ao centésimo, feito no Instituto Benjamin

Constant, na Urca, foram atendidas 23.176 pessoas e recebidos 679 registros. Nessas ocasiões, os cidadãos podem comunicar suas reclamações e denúncias sobre as mais diversas áreas de

atuação do MPRJ, como Educação, Saúde, Violência Doméstica, Meio Ambiente e Direitos Humanos.

Ao longo de quase uma década, a Ouvidoria Itinerante/MPRJ realizou eventos próprios e aderiu a campanhas diversas, tais como as caminhadas de apoio aos portadores da síndrome de Down e Autismo, ambas realizadas na Zona Sul da cidade, e iniciativas como as ações sociais realizadas no contexto da intervenção militar em curso na Segurança Pública do Rio de Janeiro, em comunidades como a Vila Kennedy e Praça Seca. A Ouvidoria Itinerante/MPRJ se fez presente em diversos municípios, nas diversas regiões do estado, tais como Volta Redonda, Barra do Pirai, Maricá, Barra Mansa, Nova Friburgo, Rio das Ostras, Nova Iguaçu, Queimados, Niterói, Belford Roxo, São Pedro da Aldeia e Angra dos Reis.

Esteve ainda em grandes comunidades da capital, tais como Mangueira, Salgueiro, Rocinha, Cidade de Deus, Complexo do Alemão, Cerro Coroa, Santa Marta e Chapéu Mangueira – onde a população costuma sofrer com a carência de instrumentos para o exercício da cidadania. Por meio do projeto Ação Global, levou sua estrutura a bairros como Tijuca, Caju, Realengo, Ilha do Governador e Campo Grande. Na maioria desses eventos, além da presença da Ouvidoria Itinerante/MPRJ, houve a participação de órgãos públicos e da iniciativa privada, com a oferta de serviços gratuitos como emissão de documentos, exames de saúde, consultas médicas, assessoria jurídica e cadastramento para vagas de emprego.

"Tomo a liberdade de citar o verso de uma canção famosa de Milton Nascimento para dizer que a 'Ouvidoria tem que ir aonde o povo está'. Isto é, prestar esse atendimento de forma próxima, sentindo a temperatura das ruas, de forma ainda mais humanizada. Por vezes, uma simples orientação tem um valor incomensurável para essas pessoas", afirmou o Procurador de Justiça e Ouvidor José Roberto Paredes, para quem a marca de 100 eventos realizados representa "a satisfação por cumprir com a missão constitucional da Ouvidoria, a par de constatar que precisamos, cada vez mais, continuar nos aproximando da população".

Assessora da Ouvidoria/MPRJ, a Promotora Georgea Marcovecchio também ressalta o valor do contato próximo entre a instituição e as ruas. "Há vários canais disponíveis de atendimento, via internet e carta, no portal da instituição ou pelo telefone 127. Mas, nestas ações itinerantes, temos a oportunidade de trocar energias e experiências com os cidadãos, com maior entendimento dos seus problemas. E elas sentem que, de fato, estamos 'vestindo a camisa'. Isso vai muito além da frieza de um formulário preenchido", apontou ela, destacando que a área do Consumidor lidera o percentual de comunicações mais recebidas (22% do total), seguida por Educação (19%), Saúde (9%), Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (8%), Gestão Administrativa e Cidadania (7% cada). Muitas delas resultaram em desdobramentos efetivos, como o encaminhamento aos respectivos CAOs (Centros de Apoio Operacionais) e a instauração de inquéritos.

A prova de que as atividades da Ouvidoria Itinerante/MPRJ não param, e devem mesmo ser intensificadas nos próximos anos, é que o 101º evento já foi realizado. No dia 29 de setembro, a

equipe do setor do Ministério Público fluminense participou de ação comunitária no Jardim Catarina, na cidade de São Gonçalo. Promovido pelo Gabinete de Intervenção Federal e o Comando Conjunto, o evento ocorreu no CIEP Anita Garibaldi, e contou com a presença de órgãos dos governos estadual e municipal, instituições jurídicas e empresas privadas, mais uma vez, atraindo grande público local – leia a matéria completa aqui. Em tempo: o 102º evento externo da Ouvidoria/MPRJ já está programado, e será realizado no dia 24 de novembro, como parte de Ação Comunitária em Belford Roxo.

(fonte: Portal MPRJ 06/11/2018)

9 Capacitação de Servidores

- **dia 09/7, às 10h30:** Foyer do 9º andar do Edifício-Sede do MPRJ, participação na sessão “ALZHEIMER: Como Prevenir”

NOME	MATRÍCULA
Renata Prata Ferreira da Silva	7942

- **dias 17, 18, 19, 24 e 25 de julho, 09h às 13h:** Auditório do Edifício-Sede do MPRJ, curso de “Tópicos Especiais de Licitações e Contratos”

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Termo de referência e projeto básico: principais cautelas na elaboração
- Regimes de execução contratual
- Garantia contratual
- Critérios de julgamento da licitação e de aceitabilidade das propostas
- Dispensa e inexigibilidade de licitação: principais hipóteses, fracionamento e procedimento
- Formação de preços
- Planilha de custos
- Aditamentos e prorrogações
- Mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico da contratação: reajuste, repactuação e revisão

NOME	MATRÍCULA
Alice de Barros Silva	60562125
Charles Gomes da Silva	6262

- dias 24, 25, 31 de julho, 01, 07, 08, 14, 15, 21, 22, 28, 29 de agosto, 04, 05, 11 e 12 de setembro: Sala de Treinamento da DRH (3º andar Edifício Navega), curso de "Produção Textual"

TURMA 1
Ana Paula Silva Azevedo
Carolina Andrade da Cunha
Cirlene Sampaio De Souza
Gabriele Baltazar Barroso
Eliane Duarte Marcelino
Cintia de Carvalho Silva dos Santos
Keila Cristina Mourão Montiel de Almeida
Janaína Almeida Feitosa Fonsêca
Cláudia da Silva
Leonardo Marcolino de Novais
Luciana Maria dos Anjos Meira
Maria Celeste Martins de Freitas
Rejane Gomes dos Santos
Veruska da Silva Rodrigues

TURMA 2
Bianca Cappelletti Dionesi
Ingrid Wachsmuth Rizzo Valentim
Elisangela Viturino Costa Correa
Ieda Teles de Andrade
Juliana Araujo de Oliveira
Priscilla Mendes Pereira
Sueli Evangelista Araujo e Silva
Renato Mendes Moreira

Em 05/09/18: MPRJ promove curso "Produção Textual: Estudando Texto"



"Produção Textual: Estudando Texto", que será encerrado na próxima quarta-feira (12/09), com uma aula sobre vocabulário e ambiguidade.

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Ouvidoria, em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos (DRH/MPRJ), homenageou, nesta quarta-feira (05/09), o Supervisor do núcleo de estágio não-forense do MPRJ, professor Fábio Vieira da Silva, que recebeu uma placa das mãos do Procurador de Justiça José Roberto Paredes. A homenagem foi realizada na sala de treinamento da DRH, durante a penúltima aula do curso

“Queria, singelamente, entregar a você uma pequena placa simbolizando, em nome de todos os participantes, o nosso especial agradecimento por ter você aqui no Ministério Público fazendo a diferença a cada dia na nossa instituição. Falei sobre esse curso no Conselho Nacional de Ouvidores e os colegas se interessaram em replicar o programa do curso, em seus respectivos Ministérios Públicos, para aperfeiçoar a comunicação dos servidores, dos funcionários da Ouvidoria e dos atendentes”, contou o Procurador de Justiça durante a entrega da placa.

O professor agradeceu a homenagem e falou sobre a relevância de um projeto como esse para a instituição. “Eu agradeço e espero que essa nossa iniciativa possa multiplicar a capacitação constante do pessoal da Ouvidoria, dos servidores, estagiários, para que a gente possa ter uma instituição cada vez mais preparada para atender a sociedade, que é o nosso objetivo aqui no Ministério Público”, afirmou.

Um dos participantes do curso, o servidor Paulo Lima destacou a importância do conteúdo das aulas no dia a dia de seu trabalho. “Eu trabalho na API (Assessoria de Patrimônio Imobiliário) fazendo muitos despachos. Tenho que registrar por escrito muitas das conversas que tenho por telefone ou pessoalmente, e esse curso ajudou muito nisso. Apoio essa iniciativa e espero que sejam realizados outros cursos sobre a língua portuguesa, pois são importantes para a instituição”, avaliou.

(fonte: Intranet MPRJ 05/09/2018)

10 Realizações

Em 30/07/18: MPRJ apresenta 'MP em Mapas' à direção do ITS Rio



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) recebeu, na tarde de segunda-feira (30/07), a visita do diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS Rio), Ronaldo Lemos, e da diretora de Projetos do ITS Rio, Celina Bottino. Na ocasião, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Gussem, apresentou o 'MP em Mapas', plataforma digital que reúne dados

estatísticos e informações administrativas georreferenciadas relativas às áreas de atuação do MPRJ. Com grande parte do conteúdo disponível ao público em geral, a ferramenta permite aos cidadãos o controle social sobre o estado e municípios fluminenses. E proporciona, aos membros da instituição, uma atuação mais célere, além da elaboração de políticas públicas mais eficientes.

“Estamos acostumados a ver muitos casos de implementação de tecnologia nos governos no exterior, em cidades como Chicago e Boston. Por vezes, nos esquecemos de ver as iniciativas no Brasil, que podem ser mais interessantes, sofisticadas e lidam com problemas complexos. O que eu vi hoje, aqui no 'MP em Mapas', é que estamos liderando essa discussão. Esse é um exemplo de uso muito inteligente da tecnologia num órgão público, que leva à criação de uma ferramenta para resolução de problemas em nome dos cidadãos. Essa experiência, que está sendo desenvolvida pelo MPRJ, precisa ser replicada. A trajetória construída aqui pode virar um case com o qual outras instituições brasileiras, e até de fora, podem aprender”, pontuou Ronaldo Lemos, advogado e especialista em mídia, propriedade educacional e tecnologia.

Também professor de Direito da Internet na UERJ, colunista e apresentador da Globonews, ele destacou o pioneirismo da ferramenta desenvolvida pelo MPRJ. “O fato é o seguinte: governo e tecnologia vão virar uma coisa só. Governar será uma atividade a ser exercida por meio da tecnologia, pelo simples fato de que a vida de todos nós, cada vez mais, passa por ela. Então, se determinado gestor não está preparado para governar por meio da tecnologia, não estará capacitado para governar nos próximos anos. O 'MP em Mapas' aponta um caminho muito importante para pensar o papel da tecnologia na gestão pública. E, não tem jeito, esse papel será essencial”, resumiu.

A diretora de Projetos do ITS Rio fez uma análise do impacto da utilização do ‘MP em Mapas’ na atuação do Ministério Público e no conjunto da sociedade. “Essa é uma ferramenta com alcance muito impressionante que, com certeza, vai ajudar a dar eficiência e celeridade à atuação do MPRJ, com melhoria da fiscalização e, como consequência direta, dos serviços públicos. Os recursos humanos, em qualquer órgão público, são sempre limitados. E, com a quantidade de demandas que são recebidas, não há como processar tudo humanamente. A tecnologia está aí para isso, para ajudar, estar a serviço para gerar inteligência, de forma que se possa trabalhar o conjunto das informações recolhidas com gestão profissional, isto é, com planejamento e metas”, disse Celina Bottino.

Na apresentação, Eduardo Gussem destacou a nova estratégia de atuação da instituição. “O ‘MP em Mapas’ permite que deixemos de lado o modo histórico e tradicional de atuação, pautado na análise processual, de forma analógica e individual. Agora, começamos a ter uma visão global, conjunta e científica, pois passamos a atuar com base em dados concretos, na linha de transparência que caracteriza os governos abertos. Isso nos permite, inclusive, atuar de forma preventiva, antes que os danos à sociedade se concretizem”, explicou o PGJ que, na apresentação do ‘MP em Mapas’, contou com a colaboração de Daniel Belchior, Gerente da ferramenta.

Também fizeram apresentações para Ronaldo Lemos e Celina Bottino, sobre suas respectivas áreas de atuação na instituição, a Procuradora de Justiça Márcia Tamburini, Coordenadora do Laboratório de Análise de Orçamentos e Políticas Públicas (LOPP/MPRJ), que tratou sobre o levantamento de informações que alimentam os estudos do Centro de Pesquisas e Inovações (CENPI/MPRJ) e a base de dados do ‘MP em Mapas’; e os Promotores Georgea Marcovecchio, Assessora da Ouvidoria/MPRJ, que tratou das formas de recebimento das comunicações e dos Infográficos de atendimento das demandas; e Daniel Lima Ribeiro, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital, cujo funcionamento já ocorre, de forma regular, no ambiente digital, praticamente sem utilização de arquivos e procedimentos impressos.

(fonte: Portal MPRJ 31/07/2018)

Em 26/09/18: MPRJ assina convênio com Instituto Benjamin Constant para ações de inclusão social



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) assinou, na tarde desta quarta-feira (26/09), acordo com o Instituto Benjamin Constant (IBC), tradicional instituição federal de ensino e pesquisa voltada para pessoas com deficiência visual, localizada no bairro da Urca, zona sul do Rio. O acordo de cooperação tem como objetivo assegurar e

promover o exercício dos direitos dessa parcela da população, para sua devida inclusão social e cidadã, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015).

Assim como firmado recentemente com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o contrato prevê intercâmbio de informações e experiências, com a elaboração de material didático da atuação do MPRJ para divulgação junto à comunidade de deficientes visuais, além de colaboração para execução do Projeto MP Inclusivo que visa à contratação, pelo MPRJ, de estagiários não-forenses com deficiência. Por meio desse projeto, o MPRJ pretende oferecer experiência educativa-profissional capaz de gerar oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho.

“Essa parceria com o IBC, que soma 164 anos de atividade, sendo uma referência nacional, contribui muito para o nosso próprio crescimento, e resgata um pouco de nossa dívida na área da inclusão. Esse contrato já deveria ter sido assinado há tempos, para maior fortalecimento dos nossos laços, e representa mais uma iniciativa de aproximação do MPRJ com a sociedade, abrindo seus canais de comunicação e informação, permitindo e facilitando a inclusão social de todos. Estamos de portas abertas para o IBC. Temos aqui o nosso Instituto de Educação e Pesquisa (IEP/MPRJ), uma escola de governo concebida justamente para que possamos estabelecer parcerias nas áreas acadêmicas e científicas, exatamente como essa”, pontuou o Procurador-Geral de Justiça Eduardo Gussem.

Diretor-Geral do IBC, João Ricardo Melo Figueiredo falou sobre a importância do convênio que acaba de ser firmado. “Vamos prestar apoio ao Ministério Público no processo de inclusão da pessoa com deficiência da visão, favorecendo o seu ingresso e ambientação, e dando subsídios às ações do IBC em parceria com o MPRJ. É uma proposta muito bem-vinda, uma vez que já há dois anos fazemos projetos em parceria, em especial com a Ouvidoria/MPRJ. Acredito que essa será

uma nova fase neste trabalho, com estreitamento da nossa relação. Somos uma instituição multifacetada, com produção de material em braile para todo o país, e agora lançando cursos de educação profissional, e também pós-graduação. Com o MPRJ poderemos ampliar ainda mais nosso foco, com atuação em mais uma frente”.

Participaram da reunião as Promotoras de Justiça Georgea Marcovecchio, Assessora da Ouvidoria/MPRJ; e Cristiane Branquinho e Renata Scharfstein, respectivamente Coordenadora e Subcoordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (CAO Idoso/MPRJ). Estiverem presentes ainda Ana Paula dos Santos, Supervisora da Secretaria das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência da Capital, e Fabio Vieira, do Núcleo de Estágio Forense, além da Chefe de Gabinete do IBC, Erica Deslandes Magno Oliveira, e da Assessora do instituto, Marília Estevão.

(fonte: Portal MPRJ 26/09/2018)

Outras Realizações:

- Aquisição de *Nobreak* ao *callcenter* da Ouvidoria
- Aquisição de um novo posto de atendimento no *callcenter* da Ouvidoria
- Instalação de câmera de segurança no setor de atendimento presencial da Ouvidoria
- Homologação das rotinas de trabalho (Comunicações, Eventos e LAI)

Em andamento:

- Solicitação para gratuidade ao atendimento 127
- Aquisição de balão inflável para os eventos da Ouvidoria Itinerante

11 Quadro de Pessoal da Ouvidoria do MPRJ

- Dr. José Roberto Paredes - Ouvidor do MPRJ
- Dra. Georgea Marcovecchio Guerra - Ouvidora Substituta

Secretaria Junto ao Gabinete da Ouvidoria

- Agatha Arnaus Reis - Cargo em Comissão
- Bianca de Paula da Silva Nogueira - Cargo em Comissão
- Cirlene Sampaio de Souza - Cargo em Comissão
- Cristiana de Lima Campello Carvalho - Analista - Administrativo
- Fernanda Pereira Soares Boorhem - Cargo em Comissão
- Flavia Sena Guimarães Silva - Técnico – Administrativo
- Janaína Almeida Feitosa Fonsêca - Cargo em Comissão
- Leonardo Marcolino de Novais - Analista – Processual
- Liliane Moraes Pestana - Técnico – Processual
- Luciana Maria dos Anjos Meira - Analista – Processual
- Regina Machado Lombé - Cargo em Comissão
- Renato Mendes Moreira - Recepcionista
- Veruska da Silva Rodrigues - Técnico – Administrativo

Secretaria Subsolo

- Carlos Airtton Coelho - Técnico - Processual / Supervisor
- Charles Gomes da Silva - Cargo em Comissão
- Claudio Francisco Chagas de Carvalho - Técnico - Processual
- Claudius Ferreira da Silva - Ten. Cel. PM/Apoio Logístico/Inteligência
- Diego Vieira Alves - Cargo em Comissão
- Fernando Lazzarini da Veiga Silveira - Cargo em Comissão
- Gisele Baltazar Barroso - Cargo em Comissão
- José Carlos Lopes Filho - Segurança
- Keila Cristina Mourão Montiel de Almeida - Cargo em Comissão
- Marcelo G. Andrade Haberlehner - Cargo em Comissão

Recepção / Atendimento presencial

- Eliane Duarte Marcelino - Assistente de atendimento Técnico - Processual
- Bruna Oliveira dos Santos - Recepcionista
- Ingrid Wachsmuth Rizzo Valentim – Recepcionista

Call Center

- Maria Celeste Martins de Freitas - Monitora do turno tarde/noite
- Priscilla Mendes Pereira – Monitora do turno manhã/tarde
- Ana Paula Silva de Azevedo – Telefonista

- Bianca Cappelletti Dionesi – Telefonista
- Carolina Andrade da Cunha - Telefonista
- Caroline de Jesus Bravo - Telefonista
- Cíntia de Carvalho Silva - Telefonista
- Cláudia da Silva – Telefonista
- Elisangela de Oliveira Viturino Costa - Telefonista
- Gabriele Baltazar Barroso - Telefonista
- Ieda Teles Silva de Andrade– Telefonista
- Juliana Araújo de Oliveira– Telefonista
- Rejane Gomes dos Santos – Telefonista
- Sueli Evangelista Araújo e Silva – Telefonista

Estagiários

- Alice de Barros Silva- Estagiária/manhã
- Luana Gouveia de Oliveira – Estagiária/tarde
- Pablo Geraldo Franco – Estagiário/manhã
- Priscila Bragança dos Santos– Estagiária/tarde